

A photograph showing a man in a dark suit and glasses walking towards the camera. He is surrounded by a large group of police officers in blue uniforms. Some officers are holding rifles. In the background, there is a building with a red-tiled roof and a blue awning. The scene is outdoors with trees and a clear sky. A red and blue graphic overlay is visible on the left side of the image.

# SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

## ACCOUNTABILITY

A Polícia Militar do Pará, órgão da Administração direta do Estado, tem o papel constitucional de servir e proteger a sociedade paraense, preservar a ordem pública, além de promover a atividade de polícia judiciária no que tange à investigação de crimes militares no âmbito estadual. É importante destacar algumas ações (preventivas e repressivas) praticadas pela PMPA no sentido de melhorar a qualidade de vida da população, além de garantir maior segurança à sociedade. Em obediência aos princípios constitucionais a Corporação cumpre o ordenamento jurídico vigente para promover o bem estar social, publicizando seus atos administrativos, contratuais, financeiros, orçamentários, resultados alcançados e futuras metas, a fim de permitir o controle por parte da sociedade.

Destaca-se, nesse sentido, a figura da “*accountability*”, que compreende as condutas que proporcionem o empoderamento do cidadão por meio da fiscalização proporcionada pela transparência do Poder Público, fazendo com que o Estado preste contas e promovam o controle e a responsabilização necessária.



Fonte: [www.pm.pa.gov.br](http://www.pm.pa.gov.br)

A transparência é promovida pela disponibilização de acesso ao público no portal da Corporação ([www.pm.pa.gov.br](http://www.pm.pa.gov.br)) a todos os atos administrativos que realiza, localizada na aba denominada de “Transparência Pública”, onde estão dispostos o organograma, legislação institucional, acesso ao portal da transparência do Governo do Estado, contratos, convênios, além das aquisições, serviços, orçamento do órgão, locações, licitações, investimentos, relatórios de auditorias do Tribunal de Contas do Estado e o acesso ao Serviço de Informação



ao Cidadão, conforme as exigências legais, a exemplo da Lei Complementar Federal nº 131/2009 (Lei da Transparência).

Objetivando a participação popular, a PMPA atua nas esferas interna e externa, havendo serviços voltados ao público civil, como, por exemplo, o devido acolhimento ao cidadão que precise recorrer ao Estado, e serviços direcionados aos policiais militares que, por ventura, sejam ameaçados ou passem por situação de vitimização. Dessa forma, a Polícia Judiciária Militar oferece ações preventivas e repressivas no âmbito do serviço policial, realiza o controle disciplinar por meio dos processos/procedimentos administrativos, além de executar Ações de Inteligência e Assessoramento Jurídico, que podem ser compartilhados, se conveniente, com instituições externas.

A premiação pecuniária concedida ao policial militar que realiza apreensões de arma de fogo, conforme Decreto Estadual nº 890 de 08 de novembro de 2013, também tem os trâmites gerenciados pela Corregedoria Geral, onde, mediante processo que exige a verificação de diversos critérios comprobatórios da ação policial, chega-se ao valor pecuniário a ser efetivado, considerando o potencial lesivo da arma de fogo apreendida, de acordo com o previsto no supracitado Decreto.

As ações realizadas no âmbito interno permitem identificar os problemas institucionais, proporcionando o diálogo aberto e contínuo, a fim de estabelecer pontos a melhorar. Desta forma, pode-se assumir as responsabilidades pelos desafios enfrentados e reconhecer as práticas necessárias para resolver problemas de forma objetiva, pontual e legal, considerando em todo caso a proporcionalidade entre meios utilizados e fins que se buscam alcançar.

As condutas praticadas pela Corporação fortalecem a identidade institucional, além de garantir a efetiva comunicação organizacional como instrumento essencial para a fomentação do comportamento íntegro e ético, elevando a reputação da PMPA face à população. As referidas ações, mais detalhadas a seguir, são realizadas de forma cotidiana, rotineira e transparente, podendo ser observadas e provocadas por qualquer pessoa.

Além da transparência, é importante frisar que há a possibilidade do cidadão procurar a Corporação para comunicar situações que entenda serem ilegais ou ilegítimas, o que aproxima a sociedade da Administração Pública. A participação popular, aliás, é fator que direciona as atuações do Estado, seja para realização de políticas públicas ou para a implementação de ações preventivas e repressivas, garantindo a confiabilidade do serviço da PMPA e estimulando a colaboração da população para se sentir parte integrante do processo de segurança pública, que é direito e responsabilidade de todos.

## CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

É o documento por meio do qual se informa aos usuários sobre os serviços prestados pela PMPA, além das formas de acesso, tempo para o atendimento e os compromissos assumidos face o público. É regida pela Lei Federal nº 13.460/2017, que disciplinou no país a participação, a proteção e a defesa dos usuários dos serviços públicos, estabelecendo no art. 7º a obrigatoriedade da Carta de Serviços.

A implantação da Carta institucional ocorreu em junho e dezembro de 2022, após treinamento recebido na Escola de Governança Pública do Pará (EGPA), promovido pela Ouvidoria Geral do Estado (OGE) e pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (PRODEPA), onde foram qualificados 73 (setenta e três) servidores públicos estaduais.



Fonte: Portal da PMPA, 2022.

Nesse período os técnicos da PRODEPA e a OGE auxiliaram os órgãos estaduais na inserção dos dados das Cartas de Serviços no programa desenvolvido para esse fim, padronizando as informações prestadas e garantindo a disponibilização numa única plataforma. O objetivo do Governo é que todos os serviços públicos, ou a maioria deles, possam ser acionados e realizados digitalmente, considerando que o Estado do Pará aderiu à Rede Nacional de Governo Digital.

A Corporação, em resposta à solicitação da OGE, inseriu 05 (cinco) serviços: Equoterapia, Patrulha Maria da Penha, Policiamento Ostensivo, Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e Trilha Ecológica. Dentre os serviços disponibilizados, destaca-se o policiamento ostensivo geral realizado por todas as Unidades desde o nível dos grandes comandos e batalhões até as companhias e pelotões destacados, proporcionando o acesso do cidadão a esse serviço de forma abrangente.

A Polícia Militar do Pará atua na defesa da vida, da integridade física e moral das mulheres vítimas de violência doméstica, realizando a fiscalização no sentido de assegurar a efetividade das medidas protetivas previstas na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Realiza essa atividade por meio da Patrulha Maria da Penha desenvolvida pela Companhia Especial de Policiamento Assistencial (CIEPAS).



**Segurança Pública e Bombeiros**

- > EQUOTERAPIA
- > PATRULHA MARIA DA PENHA
- > POLICIAMENTO OSTENSIVO
- > PROGRAMA EDUCACIONAL
- > TRILHA ECOLÓGICA

**+ Mais serviços**

Fonte: Portal da PMPA, 2022.

A promoção da vida e a defesa do meio ambiente em terras amazônicas são abrangidas nos serviços oferecidos pela Carta de Serviços. A conscientização referente à necessidade de preservação dos espécimes da fauna e flora ocorrem por meio da realização de Trilha Ecológica no Parque Ambiental do Utinga, em Belém, sob a coordenação dos policiais militares, instrutores do BPA. O público alvo abrange crianças, jovens e adultos.

A proteção de crianças e adolescentes contra o uso de drogas pode ser vislumbrada no serviço promovido pela Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos(DPCDH) que atua no espaço escolar, onde muitas vezes é visado por grupos criminosos que buscam cooptar

para a criminalidade jovens oriundos de comunidades carentes e que, por insuficiência de informação acerca dos efeitos nocivos do uso de drogas, tornam-se usuários e, por vezes, comercializam entorpecentes.

Finalmente, a terapia realizada com o emprego do cavalo tem na Corporação uma ação eficaz que promove a reabilitação físico-motora de crianças e jovens acometidos por deficiências, atuando na promoção da dignidade humana. Isso demonstra que as ações policiais militares vão além da prestação de serviço de segurança pública e policiamento ostensivo e que a missão de servir e proteger a sociedade paraense é abrangente e alcança diversos aspectos. A Equoterapia é realizada no espaço do Centro de Reabilitação da PMPA.

Os serviços oferecidos pela Instituição, além de gratuitos, objetivam a qualidade de vida, valorização e promoção da dignidade da pessoa humana, abrangendo a proteção da fauna e flora regional, cumprindo o dever de promover a vida e a liberdade dos cidadãos, garantindo segurança de forma global!



Fonte: Portal da PMPA, 2022.

A viabilização desses serviços pela PMPA compõem ações preventivas que, somadas aos atos repressivos, colaboram para a redução da criminalidade, atuando em diversas frentes, que privilegiam o meio ambiente, o combate ao tráfico de entorpecentes e a promoção, em aspectos amplos e distintos, dos direitos dos indivíduos.

O acesso à Carta de Serviços ao Cidadão está disponível no site da Corporação por meio do link: <https://www.pm.pa.gov.br/sic-servico-de-informacao-ao-cidadao.html> e pode ser acessada pelo QR-CODE.



## SERVIÇOS AO PÚBLICO

### Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

O atendimento realizado por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), ferramenta norteada pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e regulamentada no Pará pelo Decreto Estadual nº 1.359/2015, abrange a atividade de 05 (cinco) servidores da Corporação em níveis diferenciados de atuação, iniciando pelo atendimento de respostas imediatas ao cidadão diligenciado no Estado-Maior Geral (EMG) por meio das Chefias da 2ª Seção e da Assessoria de Comunicação. O teor de reclamação ou queixa é atendido pelo Chefe da 1ª Seção, que atua como Controlador do Sistema no âmbito institucional. Finalmente, os níveis de recurso em primeira e segunda instância são respondidos, respectivamente, pela Subchefia do Estado-Maior Geral (EMG) e pelo gestor máximo do órgão, o Comandante-Geral.

O e-SIC foi implementado na Polícia Militar do Pará em outubro de 2016, tendo registradas apenas 03 (três) solicitações de informações. As manutenções voltadas à promoção de melhorias no Sistema ocasionaram um lapso temporal entre o primeiro requerimento de informação e a resposta, que teve como respondente e-SIC o Tenente-Coronel PM Jorge Carlos Gonçalves Vasconcelos, à época Chefe da Assessoria da Comunicação da Corporação (ASCOM).

#### Solicitações de informações plataforma e-SIC (2016-2022)

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Solicitações	3	100	52	49	67	92	138	501
Reclamações	0	5	1	2	4	3	1	16
Recursos de 1ª Instância	0	1	1	1	3	4	14	24
Recursos de 2ª Instância	0	0	0	0	1	0	2	3
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>106</b>	<b>54</b>	<b>52</b>	<b>75</b>	<b>99</b>	<b>155</b>	<b>544</b>

Fonte: SIC, PMPA, 2022.

A tabela acima demonstra o quantitativo de solicitações realizadas, onde o período referente aos 04 (quatro) anos da atual gestão (2019-2022) registrou 70% das demandas relativas ao e-SIC na PMPA. A crescente busca evidencia o aumento da confiabilidade do público na utilização desse canal de solicitação de informações. As reclamações e os recursos também cresceram, demonstrando que o cidadão está mais exigente quanto ao atendimento das solicitações e acreditando nos mecanismos de autorregulação do sistema.

Os órgãos de controle, como a Auditoria Geral do Estado (AGE), Ouvidoria Geral do Estado (OGE) e Tribunal de Contas do Estado (TCE), têm exigido da Corporação a utilização dessa ferramenta e o atendimento à população por meio dessa tecnologia de forma satisfatória e eficaz, conforme os dados seguintes.



As solicitações foram respondidas em 92,8% das vezes no prazo, as reclamações foram 100% atendidas. Dos demandantes, 90% são pessoas físicas, das quais: 61% são do sexo masculino, 69% têm até 49 anos, 65% possuem curso superior, 49% são servidores públicos (federal, estadual, municipal) ou do setor privado e somente 14% avaliaram o serviço que lhe foi prestado. Desses, 31% consideram o tempo de atendimento bom e ótimo, 37,5% relataram ter sua demanda atendida.

As 155 manifestações de solicitação de informações pelo e-SIC, realizadas em 2022, apresentaram 42% das demandas relacionadas à documentações (atestados de antecedentes, certidão de tempo de serviço, cópia de boletim geral, remessa de processo administrativo eletrônico, entre outros), constituindo-se na maior demanda, ou seja, ao representante e-SIC é requerido o fornecimento de documentos ou orientação sobre onde podem ser localizados. Em segundo estão as perguntas sobre quantidade e distribuição do efetivo da Corporação, totalizando 16%. Somadas, essas duas solicitações alcançam 58% da demanda. Em terceiro lugar estão os recursos de 1ª e 2ª instância e as reclamações que alcançaram o percentual de 11%, conforme apresentado na tabela abaixo

#### Quantidade e percentual das manifestações e-SIC/2022

Tipo de Manifestação		Quantidade	Percentual
1	Solicitação de Documentos	65	42
2	Quantidade e Distribuição de Efetivo	25	16
3	Recurso	17	11
4	Policiamento	10	6
5	Estatística Criminal	9	6
6	Concurso público/Ingresso na PM	7	5
7	Remuneração/Auxílio Financeiro	6	4
8	Registros de Ocorrências	6	4
9	Direitos Humanos/Vulnerabilidade	3	2
10	Vitimização de Civis	3	2
11	Vitimização PM	2	1
12	Plano de Carreira	1	1
13	Denúncia	1	1
Total		155	101

Fonte: SIC, PMPA, 2022.

Nem todos os acionamentos via e-SIC são realizados pelo cidadão, pois alguns órgãos também solicitam à PMPA documentos e informações, como a Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, corroborando o compromisso e transparência da Corporação, inclusive face às demais instituições.

Em 2022, foram implementadas novas práticas de transparência pública, reforçando que o Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) deve alcançar e acessar todas as estruturas administrativas e operacionais da Corporação, a fim de estimular a maior credibilidade do serviço institucional face à sociedade.

O compromisso em prestar serviço de excelência está alinhado aos preceitos constitucionais insculpidos no art. 37 da CF/88 por meio da publicidade dos atos administrativos, salvo aqueles que possam colocar em risco a segurança do cidadão, da sociedade e do Estado, compreendidos como os documentos sigilosos e que, por isso, necessitam de custódia e difusão somente aos setores diretamente envolvidos na administração policial militar.

Para a obtenção de acesso ao e-SIC, no portal da PMPA, direcione a câmera do celular ao QR-CODE abaixo.

#### QR CODE de acesso ao SIC PMPA



Fonte: SIC, PMPA, 2022.



## Registro Geral da Corregedoria da PMPA (Canal de denúncia)

O Registro Geral da Corregedoria é responsável pelo atendimento ao público com serviço ininterrupto (24h por dia), onde um policial militar realiza o registro da comunicação de condutas que configurem, em tese, crimes militares e/ou transgressões disciplinares relacionados à atuação policial, as quais podem ensejar a abertura de procedimentos/processos administrativos para a verificação da procedência de ilegalidade, resultando ou não em punição administrativa e/ou gerar o encaminhamento à Justiça Militar.



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

A Unidade se esforça para proporcionar ao público um espaço acolhedor e humanizado para receber e apurar as ocorrências registradas. Em 2022, foram realizados 294 (duzentos e noventa e quatro) registros de Boletins de Ocorrência Policial Militar (BOPM) na Corregedoria Geral, com sede na Av. Magalhães Barata, em frente ao Hospital Ophir Loyola, e que em 2023 passará a operar na Avenida Barão de Mamoré, nº 189, esquina com Avenida Conselheiro Furtado, Bairro de Canudos, em Belém-Pará.

As demandas relatadas no Registro da Corregedoria são encaminhadas para análise do Subcorregedor-Geral, que avalia, de acordo com a necessidade e complexidade dos casos, o destino que será dado às comunicações, que poderão ser verificadas de imediato por meio da Equipe Correicional ou encaminhadas a uma das Comissões de Corregedoria da Capital, Região Metropolitana ou do interior do Estado para apuração.

As apurações procedidas pela Divisão de Polícia Judiciária Militar (DPJM) versam sobre investigações de caráter sigiloso dentro da Instituição e as realizadas pela Divisão de Inteligência (DINT) ocorrem quando não se sabe a identidade dos policiais militares denunciados ou quando há necessidade de investigações pormenorizadas.



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

## SERVIÇOS AOS POLICIAIS

### Divisão PM Vítima

A Divisão PM Vítima, criada pela Lei Complementar nº 126, de 13 de janeiro de 2020, tem 02 (duas) subdivisões: 1) De acolhimento e atendimento e 2) Análise de Risco. Atua no acompanhamento e apoio aos policiais militares, ativos e inativos, que sofrem ameaças e tentativas contra a integridade física. A rede de proteção alcança também os familiares que sofram ameaças em razão do parentesco com o militar, além de auxiliar a Polícia Civil nas investigações de crimes cometidos contra policiais militares.



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

O acolhimento é feito por meio de protocolo de atendimento previamente estabelecido onde é pormenorizada a situação de risco do policial, momento em que se busca coletar todos os elementos de informação que permitam identificar todos os envolvidos que representam tal ameaça.

Posteriormente, é confeccionado o relatório de análise de risco para avaliar a gravidade das ameaças, sendo encaminhado ao Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAP) para avaliação social. Quando necessário, é solicitado o aluguel social no intuito de auxiliar o militar a mudar do local onde reside, além do apoio policial para a efetivação da mudança. Soma-se a isso a inserção em rede de apoio e proteção gerenciada pelo Batalhão da circunscrição onde mora o militar, a fim de que sejam realizadas rondas ostensivas regulares às proximidades da residência conforme Cartão Programa confeccionado pela Unidade policial da área.

Em 2018 o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP), realizou o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira nº 005/2018 entre a Companhia de Habitação Popular (COHAB) e a Polícia Militar do Pará com a finalidade de estabelecer o Auxílio Moradia para policiais militares do quadro de praças, o que resultou, em 2022, no aumento da procura pelo acolhimento da Divisão PM Vítima.



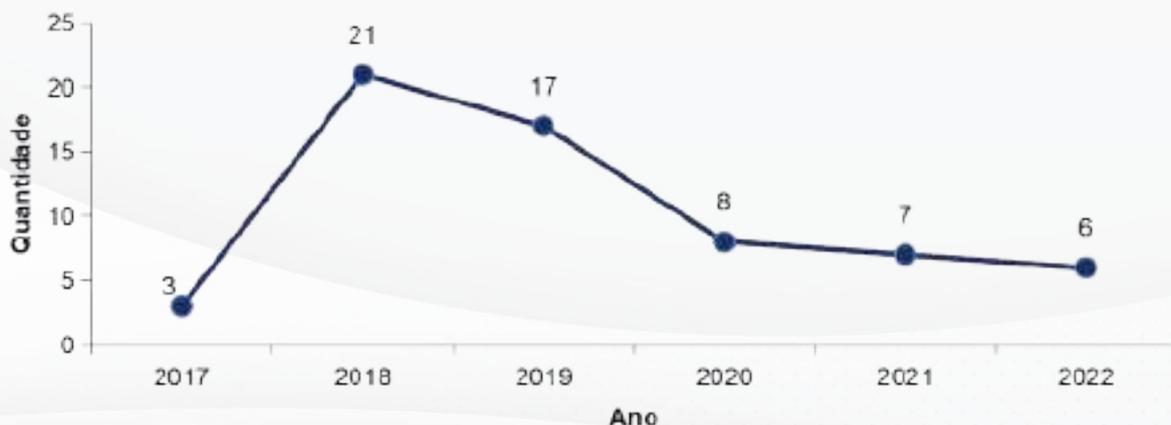
### Quantitativo de inscritos no programa PM Vítima 2017 - 2022



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

Outra ação adotada para assegurar a segurança dos policiais militares é a movimentação do profissional para outras unidades com intuito de proteger a integridade física, psíquica e social do militar e familiares. Não é incomum que haja policiais exercendo as atividades na circunscrição de onde residem, culminando em risco para si e para aqueles com quem guarda relação de parentesco. A transferência objetiva mitigar esse risco.

### Movimentações policiais realizadas pelo PM Vítima de 2017 a 2022



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.



O gráfico abaixo informa o quantitativo de policiais militares vitimados no período de 2017 a 2022. Ao analisar esses dados é possível observar o decréscimo da letalidade referente aos militares da ativa e da inatividade. A Instituição tem envidado esforços no sentido de orientar e proporcionar o suporte necessário para garantir a segurança e a qualidade de vida aos policiais que a integram a partir da realização constante de capacitações e palestras preventivas e de defesa.

**Quantidade de policiais militares da ativa e veteranos mortos de 2017 a 2022**



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

A Divisão PM Vítima exerce papel de extrema importância no apoio prestado pela Instituição ao policial militar que, eventualmente, devido à natureza de sua função, vê-se vítima de ameaças ou até tentativas contra a integridade física assim como dos familiares. Neste contexto, é necessário que a Instituição auxilie na mudança de ambiente do militar e da família, cumprindo o papel de proporcionar segurança não só à população em geral, mas também aos integrantes da Corporação.



## Consultoria Jurídica (CONJUR)

A Consultoria Jurídica (CONJUR), que está localizada no Quartel do Comando Geral (QCG), é o órgão de assessoramento jurídico da Corporação que, por meio da emissão de pareceres, subsidia a tomada de decisão do Comandante-Geral no que concerne ao cumprimento de decisões judiciais. Tem ainda a incumbência de manter o intercâmbio técnico-jurídico com os órgãos da Administração Pública e Poder Judiciário no sentido de formular a decisão mais adequada às demandas apresentadas.

Em 2022, a CONJUR confeccionou 905 (novecentos e cinco) pareceres e 1.390 (mil trezentos e noventa) folhas de despacho. Em comparação com o ano de 2021, houve o aumento de 79% (setenta e nove por cento) na emissão dos pareceres e de 76% (setenta e seis por cento) na realização de folhas de despachos. Sendo assim, firma-se o compromisso do referido órgão com a qualidade da assessoria que presta ao Gestor institucional, conforme se observa no gráfico abaixo:

### Quantitativo de pareceres e despachos produzidos em 2021 e 2022

Produção	2021	2022	Varição Percentual 2021/2022
Pareceres	505	905	79,21
Folhas de Despacho	787	1.390	76,62
<b>Total</b>	<b>1.292</b>	<b>2.295</b>	<b>77,63</b>

Fonte: CONJUR, PMPA, 2022.



## **AÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**

A Corregedoria da PMPA atua de forma desconcentrada no Estado do Pará com Comissões instaladas na Capital, Região Metropolitana e nos principais municípios, cujas sedes são coincidentes com as Regiões Integradas da Segurança Pública (RISP) para melhor atender à população e, conseqüentemente, agilizar a solução dos processos e procedimentos ocorridos nos mais distantes rincões do Estado.

O efetivo da Polícia Militar está presente em todos os 144 municípios do Estado. A apuração de desvios funcionais exige, então, que haja núcleos da Corregedoria-Geral no âmbito dos Comandos Intermediários e Regionais, a fim de possibilitar o escoamento da demanda sem a necessidade de aguardar a remessa para a sede.

Tem-se, nesse sentido, a Comissão de Corregedoria do Comando de Policiamento da Capital I, por exemplo, que é responsável pela instauração de processos/procedimentos face às denúncias em desfavor dos policiais que atuam nos seguintes batalhões: 2º BPM, 1º BPM, 27º BPM, 20º BPM e 37º BPM. Essa desconcentração correicional corrobora o compromisso com a atuação norteada pela ética, profissionalismo e legalidade, entre outros princípios.

### **Sede da Corregedoria Geral da PMPA**



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.



No ano de 2022, as Comissões de Corregedoria da Polícia Militar do Pará instauraram 2.258 (dois mil duzentos e cinquenta e oito) processos e procedimentos disciplinares. Esse número mostra que a Corporação tem primado por uma conduta ética e profissional dos integrantes, sendo mais enfática na apuração das denúncias realizadas junto ao Registro, na Corregedoria-Geral, ou no próprio Ministério Público Militar. A quantidade de processos/procedimentos instaurados não significa, entretanto, a culpabilidade do policial militar, mas sim que as comunicações são tratadas com imparcialidade e são devidamente averiguadas. Ressalta-se que a Sindicância e a Apuração Preliminar são procedimentos mais simples, instaurados quando há ausência de autoria e materialidade da transgressão ou crime militar.

### Processos e Procedimentos Instaurados pela Corregedoria-Geral PMPA 2022

Tipos de Processos e Procedimentos	Quantidade
Conselho de Justificação (CJ)	2
Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADSU)	8
Conselho de Disciplina (CD)	37
Apuração Preliminar (AP)	91
Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS)	270
Diligência	445
Inquérito Policial Militar (IPM)	649
Sindicância (SIND)	756
<b>Total</b>	<b>2.258</b>

Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

### Divisão de Polícia Judiciária Militar – DPJM

A divisão é composta por equipes de Oficiais e Praças que constantemente realizam treinamento teórico e prático voltados à atuação Correicional, aperfeiçoando-se com base nas ações adotadas pelas principais Polícias Militares do Brasil, além dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais dominantes.

Estes policiais são responsáveis pelas investigações de crimes militares que requeiram técnicas avançadas de coleta de dados, bem como de ferramentas operacionais investigativas visando pedidos de medidas cautelares, como buscas e apreensões, quebra de sigilo telefônico e telemático, quebra de sigilo bancário e fiscal, entre outras. Conforme as demandas surgem no curso das investigações, as medidas elencadas são autorizadas pela Justiça Militar Estadual, com manifestação do Ministério Público Militar.

### Produtividade da DPJM em 2022

Medidas cautelares	Quantidade
Busca e apreensão	31
Quebra de sigilo telefônico	6
Quebra de sigilo telemático	1
Quebra de sigilo bancário	1
<b>Total</b>	<b>39</b>

Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

## A Ronda Disciplinar Ostensiva (RDO)

A Ronda Disciplinar Ostensiva (RDO) foi instituída pela Portaria nº 213/2021 – GAB.CMDO com a missão de auxiliar os Comandantes, Chefes e Diretores no controle disciplinar por meio da prevenção, orientação e fiscalização das atividades policiais militares, objetivando o bom cumprimento da missão institucional.



Fonte: Corregedoria PMPA, 2022.

Foram realizadas 706 (setecentas e seis) Rondas Disciplinares Ostensivas no âmbito dos Comandos Operacionais Intermediários (COINT) com a finalidade de orientar e fiscalizar o efetivo, assim distribuídas: 208 (duzentas e oito) no Comando de Policiamento da Capital I (CPC I), 173 (cento e setenta e três) no Comando de Policiamento Regional Metropolitana (CPRM), 158 (cento e cinquenta e oito) no Comando de Policiamento da Capital II (CPC II), 66 (sessenta e seis) no Comando de Policiamento Especializado (CPE), 55 (cinquenta e cinco) no Comando de Missões Especiais (CME) e 46 (quarenta e seis) no Comando de Policiamento Ambiental (CPA).

### Quantidade de visitas a grandes comandos realizados no ano de 2022

Comando Operacional Intermediário	Quantidade
CPA	46
CME	55
CPE	66
CPC II	158
CPRM	173
CPC I	208
<b>Total</b>	<b>706</b>

Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.



A Tabela abaixo traz o número de visitas realizadas em 2022 às Unidades Policiais da Capital e Região Metropolitana, as quais ocorrem conforme ordem de missão e de acordo com a discricionariedade do Oficial de Serviço, considerando a circunscrição do Comando Intermediário. A unidade mais visitada foi o 2º BPM/CPC I, com 149 (cento e quarenta e nove) visitas e a menos frequentada foi o BPGuarda/CPE com 06 (seis) visitas.

A Ronda Disciplinar Ostensiva realizou mais de 1.724 (mil setecentos e vinte e quatro) visitas a batalhões e unidades da PMPA, com uma média de 4 (quatro) Unidades visitadas diariamente, levando orientação aos encarregados de processos e procedimentos disciplinares em andamento, informando a tropa sobre o uso correto do uniforme, de acordo com o Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará (RUPM), sobre postura e compostura no serviço, refletindo na atuação das guarnições nas ruas com base na legalidade e no respeito aos direitos humanos.

#### Unidades visitadas nos grandes comandos no ano de 2022

Comando Operacional Intermediário	Unidades	Quantitativo
QCG	CFAP	30
CME	BPCoque	22
	RPMont	26
	ROTAM	22
	BOPE	24
	BAC	22
CPA	BPA	46
	CIPFLU	49
CPE	BPGuarda	6
	BPRV	20
	BEP	12
	BPE	23
	CIEPAS	25
	CIPOE	24
	CIPTUR	15
CPC I	1º BPM	136
	2º BPM	149
	20º BPM	116
	27º BPM	129
	28º BPM	84
CPC II	10º BPM	25
	24º BPM	137
	25º BPM	69
	26º BPM	25
CPRM	6º BPM	121
	21º BPM	109
	29º BPM	114
	30º BPM	111
	39º BPM	33
	2º CIPM	
<b>Total</b>		<b>1.724</b>

Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.



## Plantão de Polícia Judiciária Militar – PPJM

O serviço de Plantão de Polícia Judiciária Militar (PPJM), criado pela Portaria nº 213/2021 – GAB. CMDO, tem como encarregado Oficial do posto de Major ou Tenente Coronel. Cabe ao chefe do PPJM, além de atuar como representante da Corregedoria-Geral, orientar as OPM's em diversas situações e ocorrências de maior complexidade que exijam o exercício do poder de Polícia Judiciária Militar, como a prisão em flagrante, apoio às diligências de outros órgãos e orientação ao efetivo da RDO.

Com o serviço de verificação *in loco*, a Corregedoria reforça o compromisso de buscar a excelência em todos os aspectos da Corporação, mantendo os princípios basilares de hierarquia e disciplina, além de contribuir com a melhoria no serviço prestado à sociedade.

## Divisão de Análise e Provas Técnicas – DAPT

A Divisão de Análises e Provas Técnicas (DAPT) realiza atividades especializadas na obtenção de dados em dispositivos eletrônicos (celulares, tablets, computadores, dispositivos DVR, drones, entre outros), compreendendo os processos de extração, análise e procedimentos periciais de forma a atender às demandas judiciais e administrativas, proporcionando maior qualidade em processos e procedimentos da PMPA.

A DAPT está em fase de desenvolvimento de sistema próprio que forneça acompanhamento e agilidade na geração de relatórios, objetivando que o usuário insira as informações necessárias e o sistema retorne os produtos em formato padronizado.

A referida divisão atua em cumprimento às determinações da legislação vigente no sentido de garantir a cadeia de custódia dos elementos colhidos, além de realizar as perícias necessárias de acordo com as decisões judiciais.

## Divisão de Inteligência - D.INT

A Divisão de Inteligência (D.INT) foi criada pela Lei Complementar nº 126, de 13 de janeiro de 2020, e tem por objetivo principal a produção de conhecimento e provas referentes aos desvios de condutas praticados por policiais militares em desfavor de qualquer cidadão ou contra superiores, pares ou subordinados.

A Divisão atua, norteada pelo princípio da legalidade, envolvendo a atividade de Inteligência de Segurança Pública e de Polícia Judiciária, a qual está orientada para a produção de conhecimento e, em situações excepcionais, para a produção de provas.

Além disso, a D.INT disponibiliza aos procedimentos policiais e judiciais elementos probatórios, os quais deverão estar materializados em documento destinado ao público externo, denominado Relatório Técnico (RT).



## Premiação Pecuniária por Apreensão de Arma de Fogo

Ainda no âmbito das atividades realizadas pela Corregedoria-Geral há participação no processo que premia pecuniariamente o policial militar que realiza apreensões de armas de fogo, ou seja, além da pontuação meritória da produtividade, o PM ainda recebe valores financeiros.

O pagamento da premiação pecuniária foi regulamentado pela Resolução nº 002/2014- EME e o valor é definido pelo potencial lesivo da arma de fogo e das circunstâncias da apreensão, passando pela apreciação do referido órgão correicional. No âmbito da Corregedoria-Geral, a análise da documentação para a retribuição financeira ao policial é feita pela Seção de Avaliação e Controle de Premiação Pecuniária (SACPP).

Após a adoção das medidas legais pelos policiais que realizaram a apreensão, os documentos, devidamente instruídos, são encaminhados pelo Comandante, Chefe ou Diretor imediato para a Corregedoria-Geral que os analisará formalmente. Não sendo anexada toda documentação necessária, o SACPP devolverá o processo para a instrução devida. Verificado que os requisitos legais foram atendidos, o processo de solicitação, contendo os nomes e identificações dos policiais militares beneficiários, além dos valores devidos, são remetidos para o Departamento-Geral de Pessoal da PMPA para a efetivação do pagamento da premiação pecuniária.

O Decreto Estadual nº 890 de 08 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial nº 32.519 de 11 de novembro de 2013, criou parâmetros mínimos com relação ao referido processamento, inclusive com definições sobre o que vem a ser arma, arma de fogo de uso permitido/proibido, unidade operacional, entre outros conceitos pertinentes ao tema.

Há detalhamento de como as armas apreendidas serão apresentadas à Autoridade de Polícia Judiciária (militar ou civil), tanto no Inquérito Policial Militar (IPM), Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD), Auto de Apreensão por Ato Infracional (AAAI) e Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BOC).

Os valores das armas apreendidas também estão detalhados na legislação, variando de R\$300,00 (trezentos reais) a R\$900,00 (novecentos reais) de acordo com a análise dos critérios do armamento.

As ilustrações a seguir demonstram a quantidade de armas apreendidas que resultaram em processos de premiação pecuniária deferidos pela PMPA, bem como os valores pecuniários pagos no ano de 2022.

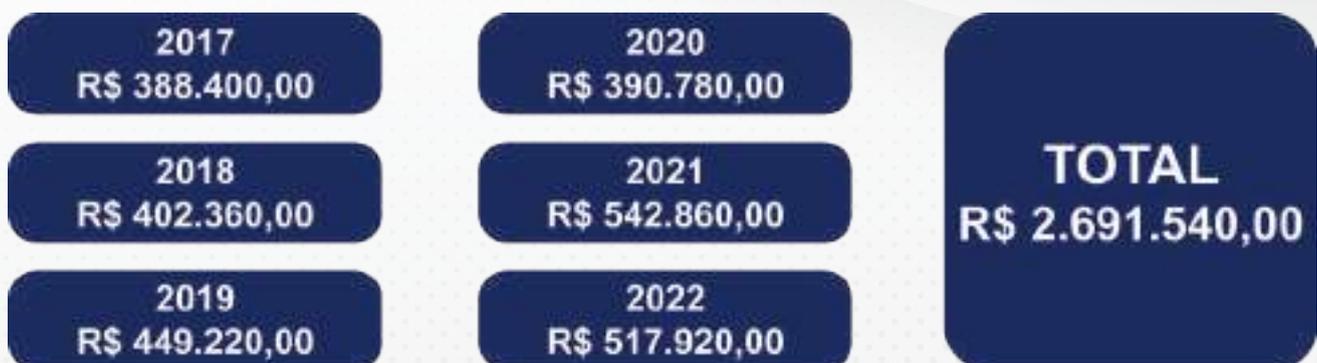
### Quantidade de armas de fogo apreendidas em 2022



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

Da análise acima, é possível perceber que foram apreendidas 870 (oitocentos e setenta) armas de fogo dos mais variados tipos, destacando-se a quantidade de 282 (duzentos e oitenta e dois) revólveres, 231 (duzentos e trinta e uma) armas artesanais e 210 (duzentas e dez) espingardas. Com essa quantidade de armas de fogo retiradas de circulação, fica notória a atuação preventiva da PMPA no sentido de impedir a possibilidade de novos crimes, protegendo a sociedade paraense e fortalecendo a segurança e a tranquilidade das pessoas. Só em 2022 foram pagos R\$ 517.920,00 (quinhentos e dezessete mil novecentos e vinte reais) a policiais militares de várias Unidades da PMPA em todo o Estado em decorrência da apreensão de armas de fogo.

### Valor pago em R\$ (reais) decorrentes das armas de fogo apreendidas de 2017 a 2022



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2022.

## PREVENÇÃO

O conceito de prevenção teve destaque na década de 1950 na área da saúde a partir do pressuposto de que é possível “antecipar, preceder ou tornar impossível por meio de uma providência precoce” o desenvolvimento de doenças e agravos à saúde. O desenvolvimento de práticas sobre a prevenção do crime na área da segurança pública ocorreu de forma paralela ao de teorias e práticas sobre prevenção da violência na área da saúde (MINAYO; SOUZA 2003; KRUG *et al.* 2002).



Conforme Mathias (2010, p. 28), a prevenção criminal constitui qualquer providência que vise afastar aquilo que, ainda que potencialmente, represente risco à ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio. A prevenção diz respeito, principalmente, às ações capazes de produzir um resultado específico: a não-ocorrência de crimes que teriam acontecido na ausência da ação preventiva (BENNET, 1998; SHERMAN, 1997).



Fonte: Portal da PMPA, 2022.

A eficiência do trabalho da polícia está diretamente ligada ao bom relacionamento entre o cidadão e o policial. A sociologia criminal entende que a necessidade desta interação nada mais é do que uma “co-produção dos serviços policiais”, objetivando assim chamar a atenção para a relação simbiótica que deve existir entre a polícia e a sociedade: A sociedade precisa da Polícia para compor a sua proteção, e em contrapartida fornece-lhe os meios para alcançar tal finalidade. Dentro desta perspectiva, a Polícia Militar do Pará tem empreendido todos os esforços necessários para coibir, frustrar e impedir atos violentos e criminais que assolam a sociedade paraense, primordialmente, com ações de prevenção primária e continuada e, secundariamente, com ações repressivas.

Para isso, faz-se indispensável capacitar os policiais militares, sendo uma responsabilidade do Centro de Capacitação em Prevenção (CCP), sob a coordenação da Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH) que é subordinada ao Departamento Geral de Operações (DGO).

## PREVENÇÃO PRIMÁRIA

### PMZITO

Programa institucionalizado como atividade-fim da PMPA, de acordo com a Portaria nº 050/2022, que normatizou e padronizou todos os projetos sociais de caráter preventivo que promovam o acesso a conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e atitudes provenientes da Doutrina dos Direitos Humanos e da filosofia de Polícia Comunitária.



Fonte: DPCDH, 2022.

A DPCDH e o CCP capacitaram em todos os 14 COINTS, além dos “Grandes Comandos” da Região Metropolitana de Belém (CPC I, CPC II, CPRM e QCG) um total de 77 (setenta e sete) policiais monitores PMZITO, habilitando-os para realizar a qualificação de crianças e adolescentes, voltada para uma formação cidadã, baseada em temáticas associadas à ética e cidadania, direitos humanos, violência juvenil, meio ambiente, dentre outros assuntos pertinentes à concepção do caráter.

### Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)

Entre as atividades preventivas coordenadas pela DPCDH está também o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que consiste no esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, a Escola e a Família. Tem por objetivo capacitar jovens estudantes com informações e habilidades necessárias para viver socialmente de maneira saudável, sem drogas e violência, além de orientações para a tomada de decisões seguras e responsáveis, por meio de cursos realizados nas escolas de todo o Estado, ministrados por policiais militares criteriosamente selecionados e preparados.

O PROERD teve início no Pará em 2003, tendo como municípios pioneiros Barcarena e Augusto Corrêa e Conceição do Araguaia. O modelo teve origem nos Estados Unidos, em 1983, e é desenvolvido em mais de 58 países.



Fonte: DPCDH, 2022.



O Programa foi institucionalizado na PMPA desde 2011, por meio da Portaria nº 315/2011, publicada no BG nº 078/2011, que regula o desenvolvimento das ações e atividades do Programa em todo o território paraense. O público-alvo é constituído por estudantes oriundos da educação infantil, 5º e 7º anos, além de currículo para o público adulto, que inclui familiares e toda a comunidade escolar.

Desde a sua criação o Programa já atendeu mais de 400 mil crianças e adolescentes de escolas públicas e particulares na capital e em diversos municípios do Estado, mesmo tendo sido interrompido em 2020 em decorrência da suspensão das aulas presenciais como uma das medidas de prevenção à Covid-19.

### Instrução do PROERD no Ensino Fundamental



Fonte: DPCDH, 2022.

O PROERD possui um total de 439 policiais como instrutores, tendo atendido em 2022 o total de 26.350 alunos em 41 municípios paraenses: Altamira, Ananindeua, Augusto Corrêa, Benevides, Belém, Bragança, Breves, Bujaru, Cametá, Capanema, Castanhal, Conceição Do Araguaia, Curuçá, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Itaituba, Marabá, Marituba, Moju, Monte Alegre, Novo Progresso, Novo Repartimento, Óbidos, Oriximiná, Parauapebas, Pau D'Arco, Peixe-Boi, Redenção, Rio Maria, Santa Bárbara do Pará, Santana do Araguaia, Santarém, São Geraldo do Araguaia, São Miguel do Guamá, Sapucaia, Soure, Tomé Açu, Ulianópolis, Vigia, Vitória do Xingu e Xinguara.

### Policiais Instrutores do PROERD e quantidade de alunos atendidos



Fonte: DPCDH, 2022.

439 Policiais Militares  
Instrutores

26.350 Alunos  
Atendidos em 2022

Em janeiro de 2022, a PMPA e a Prefeitura Municipal de Ananindeua firmaram um Acordo de Cooperação Técnica visando a implementação do Programa naquele município, com a finalidade de combater as drogas dentro das escolas da Rede Municipal de Ensino. O principal objetivo é o enfrentamento primário ao uso de drogas dentro e fora do ambiente escolar, com foco na orientação dos alunos quanto à tomada de decisão e conscientização sobre as consequências do uso de entorpecentes, seus impactos na esfera da segurança pública e as repercussões nos índices de violência.

## Grupamento de Proteção Ativa (GPA)

Outro programa relevante que está em desenvolvimento nas Unidades Policiais Militares é o Grupamento de Proteção Ativa (GPA). Tem o propósito de realizar atividades de policiamento de proximidade por meio de ações proativas e preventivas junto à comunidade, destinadas a inibir e impedir, além de frustrar, evitar, conter e antecipar condutas violentas que ocorrem ou sejam suscetíveis de ocorrerem nas circunscrições de suas respectivas Unidades Operacionais.



Fonte: DPCDH, 2022

A referida estratégia da Polícia de Proximidade já era realizada no âmbito das Unidades da PMPA, porém sem padronização. O programa foi institucionalizado por meio da Instrução Normativa nº 001/2022, publicada no BG nº 103, de 31 de maio de 2022. Por envolver ações da Polícia Militar com a comunidade, tornou-se necessária a capacitação dos agentes para melhor realizar os primeiros contatos de forma humanizada, técnica e científica, além de prospectar informações junto ao público atendido e depois qualificar os dados para melhor servir ao planejamento de cada Unidade.



Fonte: Banco de imagens GPA, 2022.

Para o cumprimento das atribuições do GPA já foram capacitados 268 (duzentos e sessenta e oito) policiais militares para atuar em diversas áreas na Região Metropolitana e no interior do Estado através das mais de 45 (quarenta e cinco) OPM's que possuem policiais qualificados em Prevenção Ativa.



Fonte: Banco de imagens do GPA, 2022.

As ações promovidas por esses agentes visam atender às solicitações de moradores das circunscrições das respectivas unidades operacionais, aproximando a população da Corporação. Na prática, as ações do GPA envolvem reuniões, visitas comunitárias de prevenção e visitas técnicas de segurança com o objetivo de informar, comunicar, assistir, além de incentivar a população a efetivar redes comunitárias de segurança para o implemento dos Projetos Sociais sediados nas Unidades Policiais responsáveis pelas circunscrições onde estão inseridas essas comunidades.

O policial que atua no GPA adentra as comunidades levando instrumentos de coleta, como questionário, por exemplo. Essa prospecção de dados faz com que o militar traga as informações necessárias ao planejamento do policiamento, baseado na seleção qualificada a respeito dos problemas da comunidade. O policial atua, então, como pesquisador social que busca compreender a realidade social daquela localidade e a partir daí traçar o melhor plano de ação em segurança pública e em outros aspectos.



Fonte: Banco de imagens do GPA, 2022.

## Programa Supervisão Militar Educacional da PMPA (SUME) |

O Programa Supervisão Militar Educacional da Polícia Militar do Pará foi criado em 2022, no âmbito do Departamento Geral de Educação e Cultura da PMPA, cuja Coordenação Estadual está na Seção de Colégios da PM e Supervisão Militar.



Foi constituído como evolução do “Projeto SUME”, inicialmente um serviço da Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMPA, a fim de conceber as atividades de supervisão em caráter permanente da Polícia Militar nas escolas, além de apresentar maiores possibilidades de ampliação do atendimento das ações e seus desdobramentos junto aos entes conveniados, tanto do Estado quanto das prefeituras, inclusive com a possibilidade de captação de recursos extraorçamentários.

Fonte: SUME, 2022.



Fonte: DGEC, 2022.

Nesta perspectiva, a mudança foi necessária pela expansão e a crescente aceitação das ações do SUME nas escolas, por meio de atividades capazes de transformar vidas e realidades em espaços de vulnerabilidade social que não raramente geravam conflitos, propagando atos de violência e criminosos. Muitos jovens são inseridos no ambiente escolar com o intuito de aumentar o poder da criminalidade nas diversas comunidades, além de potencializar ameaças à escola e aos seus partícipes, privando os jovens do futuro possível e positivo.

A Supervisão Militar é um projeto em aberto e sistemático, capaz de incluir novos temas e contribuições, em integração permanente, do poder público com os colaboradores em diversos campos. Sua principal finalidade é o desenvolvimento de aspectos decisórios nos jovens, incluindo liderança e responsabilidade, cidadania e trabalho para o bem, a ordem, a disciplina e a liberdade responsável. Além disso, tem o papel de nutrir as inteligências física, psíquica e a emocional, diante de fatores e momentos de risco e ameaças, uma vez que a decisão pela paz é imprescindível e cooperar para o êxito das coisas é mais agradável e conveniente do que consertar o que está errado, consubstanciando a máxima de que “prevenir é melhor que remediar”.



Desde a sua criação, em 2018, a Supervisão Militar da PMPA nas escolas atuou primeiro em Marabá, depois em Canaã dos Carajás e na sequência de implantação: Altamira, Tailândia, Ananindeua, Abaetetuba, Belém, Tucuruí e Breu Branco. O principal compromisso é o de colaborar para a mudança da realidade de indivíduos oriundos de cenários carentes, oportunizando o desenvolvimento dos jovens na compreensão do sentido para a vida e responsabilidade diante da comunidade em que vive e da sociedade onde está presente. O jovem não é para o futuro mas sim para o hoje, pois tem direitos e deveres não só como cidadão, mas também como pessoa em desenvolvimento que precisa de orientação e proteção.



Fonte: DGEC, 2022.

Com a promessa de novas escolas para 2023, somado às 9 (nove) já existentes, todas com a marca da Supervisão Militar, o programa quer aprimorar o trabalho, corrigir eventuais distorções, agregar novos conhecimentos e práticas, unindo organização, disciplina, sistematização e padronização de procedimentos, educação de valores, integração e estímulo. Em muitos casos, é importante realizar o resgate da responsabilidade das famílias no incentivo, na orientação e acompanhamento dos filhos e os assistir em suas decisões, aproveitamento escolar, correção de atitudes e motivação para aprender, ser responsável e feliz, como é próprio da juventude a qual pode cultivar e viver as virtudes no seu cotidiano.

Ademais, é válido ressaltar que os jovens precisam tomar a decisão de buscar o bem e de contribuir para dias melhores, respeitando os Direitos Humanos, a dignidade das pessoas em uma sociedade plural e complexa como a brasileira, a qual é formada por diversas histórias, tradições e povos, cores e beleza, conjuntos que dão o tom da harmonia possível em tanta gente rica em cultura, história e arte, com um passado que pode se orgulhar.

Os dados positivos do Programa abrangem a ascensão do aproveitamento escolar, redução significativa do número de evasão escolar, reprovações e ocorrências na escola, além do crescimento na participação em olimpíadas escolares e competições diversas. A partir da implementação do projeto se notou cada vez mais a presença de alunos e familiares



no âmbito escolar, os quais são observados e orientados sobre comportamentos responsáveis e conscientes, dedicação aos estudos e ações de empatia, colaboração, liderança sadia, criatividade e civismo.

O SUME tem surpreendido em curto prazo no que concerne às mudanças possíveis e observáveis, sendo o resultado de muitas mãos e talentos que se unem em prol dos jovens, agregando valores e impactando os espaços onde está presente essa realidade.

Atualmente, após quase 5 (cinco) anos de ações, existe um número expressivo de alunos e famílias participantes do projeto. A esperança é que cada vez mais policiais formados no curso de habilitação façam parte do programa, além de profissionais da educação que aderem à proposta. As comunidades também exercem papel de extrema importância para o projeto, uma vez que elas passam a reconhecer essa nova realidade, que é agradável e motivadora, gerando melhoria tanto na credibilidade, quanto no reconhecimento amplo da competência do trabalho da PMPA em parceria com a sociedade.

#### Quantidade de escolas e alunos atendidos pelo SUME

Escolas Ativas	Identificação e Convênio	Nº de Alunos
Marabá	Colégio Militar Rio Tocantins (Prefeitura)	2.843
Abaetetuba	EEEFM Irmã Stella Maria (Seduc)	1.478
Tailândia	EMEF José Edvar Coelho Frota (Prefeitura)	1.199
Belém	EEEIFM Brigadeiro Fontenelle (Seduc)	1.004
Ananindeua	EMEF Padre Pietro Gerosa (Prefeitura)	985
Breu Branco	EMEF Gonçalo Vieira (Prefeitura)	948
Tucuruí	EMEF Manoel Carlos Silva (Prefeitura)	860
Canaã dos Carajás	EMEF Ronilton Aridal da Silva (Prefeitura)	700
Altamira	EMEIF Raimunda Rodrigues Mota (Prefeitura)	516
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>10.533</b>

Fonte: DGEC, 2022.



## PREVENÇÃO CONTINUADA

A Polícia Militar vem, constantemente, ao longo da história buscando estratégias que atendam aos anseios da sociedade quanto à segurança e à proteção social.

Nessa vertente, a Corporação não tem medido esforços para servir e proteger a população com eficiência, adotando ações e programas de prevenção primária e secundária, desenvolvidos pelo DPCDH, já elencados anteriormente, além de ações de prevenção continuada, com a realização cotidiana da atividade de policiamento ostensivo pelas unidades operacionais distribuídas pelo território paraense, seja com ações e operações repressivas qualificadas que complementam e reforçam as ações preventivas.

Essa atividade foi definida no Plano de Atuação Integrada da PMPA, publicado no Aditamento ao BG nº 032 II/2021, como sendo o conjunto de ações desenvolvidas por forças policiais voltadas ao meio social para inibir (diminuir condições de ocorrência, desencorajar, vedar) a prática de condutas violentas ou criminosas que tendem a ocorrer.

A prevenção continuada enquadra-se dentro da prevenção secundária por ser o policiamento ostensivo perpetrado por meio de ações e medidas destinadas a evitar ou interromper a decisão do criminoso de cometer um delito, além de impedir a realização de fatos ou atos que impliquem no cometimento de crimes, evitando a produção de consequências posteriores para a segurança da sociedade.

### Policiamento Ostensivo Ordinário

O policiamento ostensivo ordinário (segurança preventiva) é a atividade de maior expressão na PMPA, pois são ações de fiscalização de polícia, sobre matéria de ordem pública, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, armamento ou viatura. Na prática, é o responsável pela prevenção criminal e pela intervenção rápida, oportuna e de qualidade nos pequenos conflitos sociais, em razão da presença real e potencial nos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado. São materializadas pelos processos de policiamento: a pé, em bicicletas, em veículos motorizados de duas rodas (motocicletas) ou de quatro rodas.

Essa atividade é realizada de forma ordinária em nível de primeiro esforço operacional (esforço ordinário) pelas Unidades de Execução Operacional (UEOp), subordinadas aos COINT's, ou seja, Batalhões, Companhias Independentes, Companhias Orgânicas e Pelotões integrantes dos CPC I e II, do CPRM e dos 14 (quatorze) CPRs que executam prioritariamente o Policiamento Ostensivo Geral na capital e no interior do Estado.



Nesta circunstância, o efetivo destas Unidades é empregado de forma rotineira, em obediência aos respectivos Planos de Emprego Operacional, em pontos sensíveis, zonas quentes, áreas comerciais e ainda em patrulhamentos setorizados e direcionados, atuando em situações de assistência e orientação ou realizando intervenções quando haja a necessidade de verificação preventiva, preservando o contínuo contato com a comunidade.

O policiamento a pé é executado através da movimentação de uma ou mais guarnições de policiais militares (GU PM) por áreas residenciais, centros comerciais, praças públicas ou locais de grande presença de pessoas nas atividades cotidianas, segundo uma escala de serviço específica e um itinerário programado, baseando-se o emprego nos princípios e filosofia de Polícia Comunitária, visando prevenir e inibir a prática criminosa pela presença ostensiva.



Fonte: ASCOM, 2022.

O Radiopatrulhamento é realizado por uma GU PM em veículo de quatro rodas. É uma atividade móvel de observação, fiscalização, reconhecimento, proteção ou de emprego de força. Atua por iniciativa dos integrantes da GU PM ou atendendo a pedidos formulados diretamente pela comunidade ou, ainda, mediante empenho pelo sistema de teletendimento de emergência policial. Objetiva resolver conflitos interpessoais, dar assistência emergencial e colaborar para a preservação da paz social.



Fonte: ASCOM, 2022.

Ocorre o moto patrulhamento por meio de GU PM composta, no mínimo, por 02 (dois) policiais que, em motocicletas, objetivam ocupar preventiva ou reativamente os espaços de responsabilidade territorial, com vistas a criar um clima de segurança objetiva e subjetiva, além da tranquilidade pública.



Fonte: ASCOM, 2022.



A execução de policiamento em bicicletas, denominada de Ciclo Patrulha, também exige, no mínimo, uma dupla que emprega técnicas e táticas policiais que aumentam consideravelmente a capacidade operacional do executor. Essa modalidade permite estreito contato do policial com a comunidade, potencializando a missão do policiamento a pé, além de suplementar os demais processos de ação policial.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2022.

Visando a implementação de ferramentas menos poluentes ao meio ambiente, a Polícia Militar passou a utilizar, no ano de 2022, os dicitos que são veículos utilizados em praças, pontos turísticos, praias e orlas de Belém. O objetivo do meio de transporte é garantir melhorias nos serviços preventivos de policiamento ostensivo, oferecendo maior cobertura nos ambientes de atuação dos policiais militares na capital.



Fonte: PM/2, 2022.

Considerando a estrutura de recobrimento prevista na Diretriz Operacional nº 001/2014 da PMPA, as modalidades acima citadas estão contidas a nível de 1º esforço de recobrimento, que consiste no apoio ao policiamento ordinário realizado na área das circunscrições dos Batalhões e Companhias Independentes e será realizado pelos Pelotões e Grupamentos Tático Operacionais (GTO), já integrados à estrutura organizacional das Unidades de área.

## **Policiamento Ostensivo Especializado**

Os serviços destinados ao Comando de Policiamento Especializado englobam as atividades executadas por policiais militares com treinamento específico para atuar em determinado evento complexo ou em recobrimento às Unidades com responsabilidade territorial, no intuito de dissuasão da desordem, garantia no cumprimento da Lei, combate à criminalidade violenta no Estado e defesa territorial.

Ao CPE estão subordinadas as seguintes Unidades: Batalhão de Polícia de Guardas (BPGDA), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), Batalhão de Polícia de Eventos (BPE), Batalhão de Polícia Turística (BPTUR), 1º Batalhão de Polícia Rural (1º BPR/ Marabá), 2º

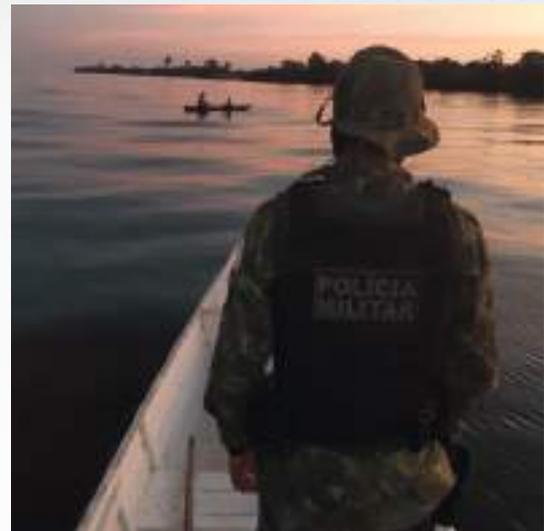


Batalhão de Polícia Rural (2º BPR/ Castanhal), Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE), Companhia Independente de Polícia Assistencial (CIEPAS).

Por sua vez o Comando de Policiamento Ambiental (CPA) é o órgão responsável por promover a preservação do meio ambiente por meio de ações integradas com outros órgãos públicos e/ou segmentos sociais, tendo em vista a realização de convênios e parcerias com os entes na esfera federal, estadual e municipal e privados, possuindo circunscrição em todo o Estado.

Ao CPA estão subordinados: Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), Companhia Independente de Polícia Fluvial (CIPFLU) e 1ª Companhia Independente de Policiamento Ambiental (1ª CIPAMB-Santarém).

Em obediência à estruturação de recobrimento disposta na Diretriz Operacional nº 001/2014 da PMPA, as modalidades acima citadas se referem ao nível de 2º esforço de recobrimento que apoia o policiamento ordinário rotineiramente realizado nas diversas áreas circunscritas às Unidades policiais do interior, Capital e Região Metropolitana para maior efetividade de emprego dos recursos.



Fonte: DGO, 2022.

## **Policiamento Ostensivo Especial**

O Policiamento Ostensivo Especial é realizado pelas unidades subordinadas ao Comando de Missões Especiais (CME), cuja circunscrição abrange todo o Estado. Tem como característica o emprego de tropa especializada para a realização de missões que necessitem operar em segundo e terceiro esforço, onde cada Unidade subordinada possui uma especificidade de atuação.

Esse tipo de policiamento consiste em manter o efetivo operacional abrangendo, a princípio, a Capital e Região Metropolitana, mas podendo deslocar para o interior do Estado, a fim de dar resposta em situações normais e extraordinárias, atuando de forma eficiente, eficaz e efetiva, sobre a criminalidade violenta e crime organizado, através de uma força de manobra, executada pelo Comando de Missões Especiais.

### **Policciamento de Missões Especiais**

O Policiamento de Missões Especiais, executado pelos Batalhões de Operações Policiais Especiais (BOPE), tem como missão atuar em operações como assalto a instituições financeiras, captura e recaptura de presos de alta periculosidade, desativação de artefatos explosivos e outras operações de altíssimo grau de complexidade.



Fonte: DGO, 2022.

### **Policciamento Montado**

O policiamento ostensivo montado é executado pelo Regimento de Polícia Montada (RPMONT) e trabalha basicamente a prevenção e a ostensividade.



Fonte: DGO, 2022.

Montado no cavalo, o policial enxerga mais longe e é visto numa distância maior, inibindo a prática delituosa. Além disso, possibilita o trânsito em locais de difícil acesso para veículos e pessoas, como áreas

alagadas e engarrafamentos, proporcionando, ainda, economia de efetivo, considerando que um trio montado equivale ao trabalho de dez policiais a pé. Outra vantagem é o uso da ostensividade para choque montado conforme a necessidade, principalmente no que concerne à dispersão de multidões.

Dentre as ações preventivas nas quais o RPMONT atua estão os eventos de grande participação popular, como jogos, blocos de carnaval, reintegração de posse e manifestações.

### **Policciamento de Choque**

O Batalhão de Choque (BPCHOQUE) é o responsável pela realização do policiamento de Choque e tem como missão primária atuar em controle de distúrbios civis, como missão secundária o Policiamento em Eventos e como missão terciária apoiar os Batalhões de área realizando o patrulhamento tático em viaturas, atuando nos bairros de maior incidência de criminalidade e violência.

O BPCHOQUE é uma unidade especializada em situações de alta complexidade

envolvendo distúrbios civis, quando todos os parâmetros de negociações foram esgotados. Em tais situações, o Pelotão é acionado, como última instância. Para isso, os policiais têm que estar altamente capacitados e treinados para agir da forma mais técnica possível. A Unidade também atua na parte preventiva dando apoio logístico e operacional a todos os Batalhões da Região Metropolitana e do Interior.



Fonte: DGO, 2022.

### **Policamento com Cães**

Considerado uma referência no país em detecção de entorpecentes, o policiamento com cães é realizado pelo Batalhão de Ações com Cães, sendo essencial no combate ao narcotráfico e em operações de busca e captura. O BAC atua como segundo e terceiro esforço, além de ser uma unidade especializada em missões de rádio patrulhamento tático. Realiza um trabalho pioneiro, integrado ao BOPE, de varreduras de explosivos e ações de mobilização social e em escolas e hospitais, nas quais os cães mais dóceis interagem com alunos e pacientes.



Fonte: DGO, 2022.

### **Policamento Ostensivo Tático Motorizado**

O Policiamento Ostensivo Tático Motorizado é desempenhado pelo Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas (ROTAM) que utiliza técnicas diferenciadas nas ações preventiva e repressiva que demandam maior poder de reação nos locais de maior incidência criminal. A tropa da ROTAM também pode atuar no controle de distúrbios civis, procedendo como tropa de choque ligeiro, a fim de assegurar a preservação da ordem pública.



Fonte: DGO, 2022.



### **Policamento Ostensivo Penitenciário**

O Batalhão Especial Penitenciário (BEP), ativado no ano de 2022, executa o Policiamento Ostensivo Penitenciário e tem como missão atuar no entorno das unidades prisionais da Região Metropolitana de Belém e em Santa Isabel/PA, salvaguardando o patrimônio público. Atua, ainda, preventivamente para coibir fugas e rebeliões nas casas penais do Estado, assim como se destina à custódia de Policiais Militares privados de liberdade.



Fonte: DGO, 2022.

### **Prédio do Comando de Missões Especiais e Batalhão de Operações de Choque**



Fonte: DGO, 2022.



## OPERAÇÕES

As operações policiais são a principal ferramenta de repressão policial qualificada utilizada pela PMPA e consistem no conjunto de atos coordenados que necessitam de mobilização extraordinária de recursos humanos e materiais, executadas de forma planejada, dirigida, organizada, coordenada, monitorada e controlada, em ocasiões programadas ou em resposta à situações imprevistas ou emergenciais, obedecendo à táticas e técnicas pertinentes.

A atuação coordenada objetiva proporcionar incolumidade à sociedade por meios alinhados ao Estado democrático de direito. Por isso, as ações policiais realizadas pelas unidades operacionais localizadas em todo o território paraense são norteadas pelos postulados da necessidade, legalidade, discricionariedade, proporcionalidade, racionalidade, oportunidade e da responsabilidade.

Essas operações são dimensionadas em três tipos, de acordo com o emprego de efetivo, meios, materiais e equipamentos empregados em: grandes operações, operações intermediárias e operações ordinárias.

### Grandes Operações realizadas pelo DGO

O Departamento Geral de Operações (DGO) é responsável pelo gerenciamento das grandes operações, as quais possuem planejamentos específicos voltados para a prevenção em grandes eventos ou eventos sazonais que envolvem a utilização de diversos recursos materiais, financeiros e pessoal, em parceria com todos os órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública e que ocorrem em todo o Estado do Pará.

Esse emprego operacional extraordinário de efetivo é possível por meio do pagamento de diárias, proporcionando o reforço policial necessário para localidades fora da sede. Além disso, há o incremento da Gratificação de Complementação de Jornada Operacional (GCJO), efetivadas aos policiais visando a execução de programas de prevenção primária, de caráter operacional de reforço à defesa social e à segurança pública, decorrentes de planejamentos específicos, com tempo de duração preestabelecido (art. 2º da Lei nº 8.604/2018).

Desta forma, o DGO consegue mobilizar parte considerável da tropa sem prejudicar o policiamento rotineiro de outras Unidades que atuam em circunscrições policiais diferentes daquelas onde as operações estão sendo realizadas. Conforme planejamento executado pelo DGA, em 2022, foi empregado o valor de R\$ 28.242.256,09 (vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e nove centavos) com diárias militares que se deslocam para as localidades das operações.



A realização dessas operações possibilita a Corporação abranger uma área territorial maior, disponibilizando o efetivo dos Comandos Intermediários da capital e da Região Metropolitana de Belém e Comando Geral para o interior do Estado ou vice-versa, com o objetivo de reforçar o policiamento nos municípios e localidades quando necessário em razão de receberem maior fluxo de pessoas nos grandes eventos como operação Carnaval, Verão, Círio de Nazaré e Festas Seguras.

### **Operação Carnaval**

No período de 25 de fevereiro a 03 de março foi realizada esta operação a fim de prover segurança pública em todo o Estado do Pará por ocasião dos eventos do período de Carnaval, com emprego de tropa das diversas Unidades da PMPA, em especial nos locais com grande fluxo populacional, em conjunto com os demais órgãos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS).



Fonte: ASCOM, PMPA, 2022.

A operação garantiu a segurança dos moradores e turistas nas comunidades, através de atividades ostensivas, preventivas e repressivas, além de fiscalizar o cumprimento de medidas de prevenção contra a Covid-19 previstas no decreto nº 2.044/2021.

Para dar cumprimento às normas, foi enviado efetivo de reforço para o policiamento e fiscalizações para mais de 50 municípios, entre os quais estão: Bragança, Cametá, Colares, Cotijuba, Marabá, Parauapebas, Marapanim, Algodoal, Vigia, Salinópolis, Tucuruí, Porto de Moz e outros no interior do estado, além dos distritos de Outeiro, Mosqueiro e a Ilha do Combu, na região metropolitana.

### **Operação Verão**

Realizada no período de 02 de julho a 03 de agosto, a operação teve a finalidade de preservar a ordem pública no Estado. O DGO enviou mais de 4 mil militares em reforço para as 45 principais localidades e balneários em todas as áreas que sejam abrangidas pelos efeitos da dinâmica social do período. Entre as localidades estão Salinópolis, Vigia, Marapanim, Marudá, Barcarena, Cametá, Mocajuba, Bragança (Ajuruteua), Ourém, Peixe-Boi, Barcarena, Curuçá e Colares, Conceição do Araguaia, Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2022.

Com emprego de tropa das diversas Unidades da Polícia Militar do Pará, em especial nos locais com atração de grande fluxo populacional, foram desenvolvidas ações de policiamento ostensivo e preventivo nas modalidades a pé, ciclístico, motorizado, montado, embarcado e aéreo que garantiram maior tranquilidade e entretenimento seguro aos veranistas neste período, chamado de verão amazônico, e das férias escolares.

### Operação Círio de Nossa Senhora de Nazaré

A Polícia Militar garantiu a segurança durante a 230ª edição do Círio de Nazaré, com a movimentação de mais de 2 milhões de pessoas, no período de 03 a 24 de outubro. O evento é considerado a maior festa religiosa do mundo. Ao todo, 13 romarias foram realizadas na quadra nazarena, que se estendeu por quinze dias. São elas: Translado dos Carros, Transladação, Moto Romaria, Ciclo Romaria, Translado para



Fonte: ASCOM, PMPA, 2022.

Ananindeua, Romaria Rodoviária, Romaria Fluvial, Círio, Romarias da Juventude, Círio das Crianças, dos Corredores, Procissão da Festa e Recírio.

A operação policial ocorreu de forma integrada com os demais órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública e teve o objetivo de prover segurança através do policiamento ostensivo nos eventos do Círio, com atenção às áreas que sofram os efeitos diretos e indiretos do deslocamento e da concentração de pessoas, com emprego de tropa da PMPA visando garantir a ordem pública e a paz social.



Fonte: Agência Pará, 2022.

### Efetivo da Operação Círio nos anos de 2017 - 2022

Operação Círio	2019	2020	2021	2022
	7.721	2.404	3.482	6.457

Fonte: Agência Pará, 2022.



## Operação ENEM

No âmbito das grandes operações se destaca a Operação ENEM, onde a Polícia Militar atuou com reforço máximo de seu efetivo, realizando policiamento desde a chegada das provas na capital do Estado do Pará, além da distribuição do material em 77 (setenta e sete) municípios. Na operação foram fiscalizados 846 locais de prova, com o emprego de 3.208 policiais, 350 viaturas, 258 motocicletas, além da efetivação de 131 escoltas.

### Efetivo Empregado na Operação ENEM

Operação ENEM 2022	
Efetivo Empregado	3.208
Viaturas Empregadas	350
Motocicletas Empregadas	258
Escoltas	131
Locais de Provas Fiscalizados	846

Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operação Festas Seguras

Operação Integrada entre os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública e que visa promover a preservação da ordem em todo o Estado. As ações de responsabilidade da PMPA foram coordenadas pelo Departamento Geral de Operações (DGO), com emprego de tropa das diversas Unidades da PMPA na grande Belém e nos municípios do interior. O objetivo é reforçar as ações de policiamento ostensivo e garantir a segurança nos centros comerciais e regiões próximas às agências bancárias no sentido de coibir ações criminosas como roubos, saídas bancárias e outros delitos motivados pelo aumento da movimentação ocasionada pelo período natalino e as festas de final de ano.

### Efetivo empregado nas grandes operações no quadriênio 2019 - 2022

Operação	2019	2020	2021	2022
Tiradentes	*	320	*	220
Corpus Christi	102	184	370	219
Independência	*	395	360	*
Nossa Senhora Aparecida	*	395	230	*
Finados	*	403	245	*
República	520	244	312	216
<b>TOTAL</b>	<b>622</b>	<b>1.941</b>	<b>1.517</b>	<b>665</b>

Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações Intermediárias realizadas pelo DGO

Aos moldes das grandes operações, anualmente o Departamento Geral de Operações (DGO) promove as operações intermediárias com o objetivo de reforçar o policiamento naqueles mesmos municípios e localidades, porém com menor emprego de efetivo, uma vez que estas ações ocorrem durante os feriados e finais de semana prolongados, demandando reforço aos balneários em menor escala.

A previsão operacional deste porte visa intensificar o policiamento ostensivo e resguardar a incolumidade das pessoas, a fim de proporcionar o bem-estar do povo paraense. O emprego do efetivo local, em razão do aumento de fluxo de pessoas, seria insuficiente, demandando reforço nas ações, conforme o nível de risco avaliado pelo DGO. Há, nesse sentido, a realização de ações integradas, onde se reúnem esforços no sentido de lograr o êxito operacional por meio de fiscalizações abrangentes.

### Operações Intermediárias e Efetivo empregado

Operações	2019	2020	2021	2022
Carnaval Seguro	600	625	630	835
Verão	1.700	1.102	2.512	2.251
Festas Seguras	241	384	390	392
ENEM	7.422	7.424	2.631	3.207
<b>TOTAL</b>	<b>9.963</b>	<b>9.535</b>	<b>6.163</b>	<b>6.685</b>

Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações Ordinárias realizadas pelo DGO

Sob a orientação do DGO, diariamente são realizadas diversas operações ordinárias, planejadas pelos Comandos Intermediários e pelas unidades policiais distribuídas nas diversas localidades do território paraense, com base na mancha criminal da circunscrição policial.

A produtividade dessas operações, somadas às ações de policiamento extraordinário, resulta nas estatísticas apresentadas nesse anuário.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2022.

Dentre as principais operações ordinárias coordenadas pelo DGO estão a Operação Polícia Mais Forte, Contraturno, Madrugada da Paz, Reintegração de Posse, apoio a órgãos

ambientais e operações ordinárias de cota suplementar que, somadas, totalizaram 2.420 ao longo do ano, resultando em redução da criminalidade pelo esforço contínuo.

Devido ao alto índice da criminalidade na capital e região metropolitana em 2019 foi idealizada a Operação Polícia Mais Forte (PMF), que consiste no emprego do policiamento através de Ponto Base Estratégico (PBE).

O PBE é o espaço físico que, por ser local sensível, exige a presença de policiamento, contínua ou temporariamente, em área de grande fluxo de pessoas e veículos tanto na capital e região metropolitana, quanto no interior do Estado.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2022.

A Operação PMF é realizada com o intuito de conter a violência nos horários de maiores índices de criminalidade e seu planejamento é confeccionado de acordo com os mapas de distribuição de manchas criminais elaborados pelos setores de inteligência da Polícia Militar do Estado.

Em 2019, a Operação Polícia Mais Forte (PMF) iniciou com 68 viaturas em 04 municípios da capital e região metropolitana, e ao final do mesmo ano evoluiu para 117 viaturas em 11 municípios. Em 2020 foram 156 viaturas em 26 municípios, e alcançando, em 2021, o total de 197 viaturas em 52 municípios.

Por fim, em 2022, foram 215 viaturas distribuídas em 63 municípios, que reforçaram o policiamento ordinário, além de terem sido empenhados 586 policiais militares, diariamente, no horário das 17h00 às 23h00. É válido ressaltar a ocorrência da Operação Polícia Mais Forte Solidário, por ocasião do período natalino, em que foram distribuídos, simultaneamente em diversas regiões do Estado, presentes para crianças.

### **Operação Contraturno**

A operação é realizada na RMB e vem contribuindo para a manutenção da ordem pública nos períodos de menor movimento nas ruas. Sob a coordenação do DGO, objetiva intensificar o policiamento, auxiliar na redução da criminalidade nas ruas e levar mais segurança para a população. Recebeu o nome de “Operação Contraturno” por ser realizada, de segunda a sexta-feira, das 5h às 11h, horário em que a população geralmente está em deslocamento para os afazeres diários. É realizada por meio de viaturas estrategicamente posicionadas em locais onde as manchas criminais apontam maior necessidade de policiamento.



**Quantitativo de viaturas empregadas na Operação Polícia Mais Forte (PMF) por ano e quantidade de municípios atendidos com pelo menos 01 (um) ponto da Operação**

Anos	Qtd de Viaturas	Municípios	Total
2019	INICIO: 68	Capital e Região Metropolitana (Ananindeua Belém, Benevides e Marituba)	04 municípios + 01 Distrito
	FINAL: 117	Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Canaã dos Carajás, Castanhal, Marituba, Mosqueiro, Marabá, Parauapebas e Santa Izabel.	11 municípios + 01 Distrito
2020	156	Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Canaã dos Carajás, Castanhal, Marituba, Distrito de Mosqueiro, Marabá, Parauapebas e Santa Izabel. <b>Novos Municípios Atendidos: Altamira, Bragança, Breu Branco, Capanema, Capitão Poço, Itaituba, Jacundá, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Novo Progresso, Paragominas, Redenção, Santarém, São Felix do Xingu e Tucuruí.</b>	26 municípios + 01 Distrito
2021	197	Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Distrito de Mosqueiro, Itaituba, Jacundá, Mãe do Rio, Marabá, Marituba, Nova Esperança do Piriá, Novo Progresso, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santa Izabel, Santarém, São Felix do Xingu e Tucuruí. <b>Novos Municípios Atendidos: Almerim, Anapu, Breves, Bujaru, Baião, Cametá, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Goianésia, Ipixuna do Pará, Igarapé-Miri, Itupiranga, Moju, Mocajuba, Novo Repartimento, Oriximiná, Pacajá, Portel, Rondon do Pará, São Miguel do Guamá, Santana do Araguaia, Tomé-Açú, Tailândia e Uruará, Vigia de Nazaré e Tucumã.</b>	52 municípios + 01 Distrito
2022	215	Abaetetuba, Almerim, Altamira, Ananindeua, Anapu, Baião, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Breu Branco, Breves, Bujaru, Cametá, Canaã dos Carajás, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Distrito de Mosqueiro, Dom Eliseu, Goianésia, Igarapé-Miri, Ipixuna do Pará, Itaituba, Itupiranga, Jacundá, Mãe do Rio, Marabá, Marituba, Mocajuba, Moju, Nova Esperança do Piriá, Novo Progresso, Novo Repartimento, Oriximiná, Pacajá, Paragominas, Parauapebas, Portel, Redenção, Rondon do Pará, Santa Izabel, Santana do Araguaia, Santarém, São Felix do Xingu, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açú, Tucumã, Tucuruí, Uruará e Vigia de Nazaré. <b>Novos Municípios Atendidos: Acará, Aurora do Pará, Eldorado dos Carajás, Santana do Araguaia, Oeiras do Pará, Rio Maria, Ourilândia do Norte e Xinguara.</b>	60 municípios + 01 Distrito

Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações de Reintegração de Posse

O DGO faz o controle e apoio direto nos processos de reintegrações de posse, através dos Comandos Intermediários. As operações são realizadas em cumprimento aos mandados judiciais expedidos pelo Poder Judiciário, em apoio ao Oficial de Justiça, que é o agente responsável pela ação. A força policial é requisitada para atuar de maneira a garantir o cumprimento das determinações legais, a fim de assegurar a integridade de todas as partes envolvidas.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

O quadro a seguir demonstra o comparativo entre os cumprimentos de mandados judiciais realizados nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. Em 2021 e 2022 houve redução dos cumprimentos devido à extensão da medida cautelar deferida na Terceira Tutela Provisória Incidental referente à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828/2021, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu as desocupações e despejos, inclusive para as áreas rurais, até 31 de outubro de 2022.

### Operações de Reintegração de Posse

Anos	Mandados Judiciais	Efetivo Empregado	Famílias Retiradas
2019	75	3.180	3.067
2020	24	599	363
2021	16	386	87
2022	46	745	277

Fonte: DGO, PMPA, 2022.

A Polícia Militar como órgão integrante da Força Estadual de Combate ao Desmatamento do Estado do Pará, participou de 139 ações em apoio a órgãos ambientais, sob o gerenciamento do DGO. Desse total, 120 foram operações realizadas sob a coordenação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), visando o enfrentamento ao desmatamento, degradação ambiental, incêndios florestais e outros ilícitos ambientais no Estado do Pará, de acordo com o Decreto nº 551, de 17 de fevereiro de 2020.

Nestas operações a Polícia Militar atua no policiamento ostensivo, a fim de impedir a continuidade da prática de infrações ambientais e garantir a preservação da integridade física dos agentes durante a execução dos atos de fiscalização ou autuação. Foram também realizadas 19 ações de apoio ao Tribunal de Justiça do Estado e de atendimento às deliberações judiciais de medidas protetivas a ativistas de conflitos ambientais/agrários.

### Quantidade de Operações realizadas com Órgãos Ambientais no Pará

Orgãos Solicitantes	Quantidade de Operações			
	2019	2020	2021	2022
ICMBIO	30	29	13	25
IBAMA	13	18	4	7
SEMAS	68	22	52	44
IDEFLOR - Bio	52	54	29	44
SETUR / TJE / DELIBERAÇÕES	12	13	127	19
<b>TOTAL</b>	<b>175</b>	<b>136</b>	<b>225</b>	<b>139</b>

Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações ordinárias realizadas pelos COINT's

### Operações do CME

Dentre as principais operações realizadas pelo CME estão: Operação Polícia Mais Forte (PMF), Operação Hércules, Rondas ostensivas no entorno das Casas Penais, Repressão a Roubo de Instituições financeiras, Operações de Imissão/ Reintegração de Posse na capital e interior do Estado, Apreensão de entorpecentes nos terminais rodoviário/hidroviário e portos de Belém, Captura de participantes de roubo a Instituições financeiras.

### Operações do CPE

O Comando de Policiamento Especializado tem entre as principais operações a denominada “Pró-Mulher Pará”, desenvolvida pela CIEPAS e que consiste no atendimento primário às mulheres vítimas de violência doméstica.



Fonte: Agência Pará, 2022.

O Centro Integrado de Operações (CIOp) filtra as ocorrências que necessitam de um atendimento especializado, as quais são registradas pelo telefone 190. Quando identificado que se trata de uma situação envolvendo violência contra a mulher o atendente pode enviar um *link* por SMS para o denunciante que, de onde estiver, poderá filmar e enviar áudios da agressão em tempo real, que será transmitido e repassado para o patrulhamento especializado para realizar o atendimento imediato da ocorrência.

A ferramenta utiliza dados de internet gratuitos e garante total sigilo para o denunciante e para a vítima. Além desse atendimento, semanalmente a CIEPAS recebe um cartão programa para realizar rondas em logradouros que foram repassados pelo disque denúncia onde possivelmente mulheres sofreram violência doméstica.

## Operações do CPA

As ações de fiscalização ambiental promovidas pelo IBAMA, ICMBio e outros entes dotados de poder de polícia ambiental recebem integral apoio do CPA, entre as quais estão a operação Tabuleiro do Embaubal e a operação Amazônia Viva.

### Operação Tabuleiro do Embaubal

Foi realizada na Unidade de Conservação de “Proteção Integral” denominada Refúgio da Vida Silvestre do Embaubal (REVIS), no município de Senador José Porfírio, Sudoeste do Pará, onde não é permitido o uso dos recursos naturais. O local é uma das principais áreas de reprodução de três espécies de quelônios: Pitiú (*Podocnemis sextuberculata*), Tracajá (*Podocnemis unifilis*) e Tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*).



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

É uma operação realizada em conjunto com Ideflor-Bio, SEMAS e IBAMA, na qual ocorrem patrulhas fluviais dentro e no entorno do REVIS, com objetivo de reduzir os índices de crimes praticados contra os recursos naturais e orientar, quando necessário, as comunidades locais e tradicionais sobre a importância da preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988.

## Operação Amazônia Viva

A operação é coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) com o objetivo de combater crimes ambientais e zerar a emissão de Gases de Efeito Estufa no Pará nas áreas de responsabilidade da gestão estadual. É realizada pela Força Estadual de Combate ao Desmatamento, que reúne fiscais da SEMAS e integrantes da Polícia Militar,



Fonte: Departamento Geral de Operações (DGO), 2022.

Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, os quais colaboraram com o fornecimento de apoio logístico e operacional necessário à redução do desmatamento em vários municípios do Estado do Pará, de acordo com o monitoramento das áreas mais desmatadas, o qual é feito pela SEMAS.

Estas operações de fiscalização e repressão a crimes ambientais em áreas de administração do Estado do Pará fazem parte da macroestratégia do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que promove a transição para uma economia de baixo carbono, com redução da degradação e aumento da restauração das florestas estaduais, com fomento ao desenvolvimento de um modelo sociobioeconômico, beneficiando os meios de vida da população e dos povos e comunidades tradicionais.

## Operações do CPC I

Entre as operações desenvolvidas pelos cinco batalhões, destaca-se a Operação Comando Supremo/Contraturno. A ação consiste no emprego da capacidade operacional máxima no horário das 07h30 às 16h00, direcionados conforme mancha criminal do CPC I e as estatísticas de segurança pública. Tem o objetivo de reforçar o policiamento de Ponto Básico Estratégico, (PBEs) nas áreas dos Batalhões pertencentes ao COINT.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.



Segundo a Agência Pará, essa operação, concomitantemente com as demais desenvolvidas pelos batalhões do CPC I, fizeram com que Belém se tornasse a capital mais segura das regiões Norte e Nordeste do país. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, houve redução de 12,9% nas Mortes Violentas Intencionais (MVI) se comparado aos anos de 2020 e 2021, que computaram 384 e 336 casos, respectivamente. A capital paraense saiu, assim, da primeira colocação em 2018 para o 16º lugar no ranking em 2022.

## Operações do CPC II

Na circunscrição do CPC II há as seguintes operações: Polícia Mais Forte, Fechando o Cerco, Carnaval, Gefyra, Paz nos Bairros, Contraturno e Saída Segura.

O conjunto destas operações, aliadas às ações cotidianas têm colaborado para a redução gradativa dos índices de Mortes Violentas Intencionais (MVI), quando comparados os anos de 2020 e 2021.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações do CPRM

As operações policiais realizadas durante o ano de 2022 foram fundamentais para manter a população segura e reduzir a criminalidade, além de usar ações de inteligência e prevenção para um patrulhamento cada vez mais eficaz.

De acordo com os dados estatísticos da SEGUP, publicados no Diário On-Line de 21 de agosto de 2022, foram registrados na RMB 200 casos de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no período de janeiro a junho de 2022, contra 805 registros no mesmo período em 2018, representando uma redução de 75,15%. O número de roubos também apresentou redução de 56.792 registros em 2018, contra 29.101 casos no mesmo período em 2022, representando uma redução de 48,75%.

Dentre as principais operações estão Operação Polícia Mais Forte (PMF), Força Extrema, Fechando o Cerco, Saída Segura, Tolerância Zero, Bloqueio, Mancha Criminal, Contraturno, Festas Seguras, Syncrama e Rede de Proteção.

### **Operação Rede de Proteção**

Esta operação tem o objetivo de reforçar o patrulhamento e as rondas nas imediações das residências de agentes de segurança pública, visando prevenir possíveis ataques a integridade física dos policiais e/ou familiares.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

### **Operações do CPR I (Santarém)**

Dentre as operações executadas na circunscrição policial do CPR-I, destacam-se: Operação Çairé, Raid Alenquer /Curuá e Festividades de Nossa Senhora da Conceição.

#### **Operação Çairé**

Foi realizada a Operação Çairé no período de 15 a 19 de setembro em Alter do Chão, Santarém. O CPR-I atuou com esforço máximo do efetivo, com emprego de mais de 500 policiais militares em ações de policiamento ostensivo e preventivo, nas modalidades a pé, motorizado e montado que garantiram maior tranquilidade e entretenimento seguro aos moradores e visitantes que estiveram presentes para participar do Festival dos Botos.



Fonte: Portal Santarém (<https://www.portalsantarem.com.br/noticias/conteudo/abertura-do-caire-2022-comeca-com-levantamento-dos-mastros-em-alter-do-chao-pa/120917>)

### **Operações do CPR II (Marabá)**

No CPR II são evidenciadas as seguintes operações: Verão (em praias da região), Círio de Nazaré, Eleições (segurança das 1.241 seções eleitorais), Enem (escolta de provas e segurança das escolas) e Fechando o Cerco.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.



## Operação Fechando o Cerco

A operação busca intensificar ações de policiamento ostensivo, desencadeada simultaneamente em todo o Estado para o atendimento de denúncias e o levantamento dos índices criminais, buscando o cumprimento dos mandados de prisões, as recapturas de foragidos e, conseqüentemente, aumentar a eficácia do esforço policial no interior paraense.

Na prática, durante a operação são realizadas barreiras para fiscalização de veículos, policiamento a pé e motorizado em pontos estratégicos, por meio da operação “Polícia Mais Forte”, e incursões de motopatrulhamento, sobretudo em áreas consideradas críticas.

## Operações do CPR III (Castanhal)

Dentre as principais operações coordenadas pelo CPR III estão: Polícia Mais Forte, Carnaval de Vigia, Castanhal Segura, Festival do Açaí (Inhangapi), ENEM e Festas Seguras. Tais operações visam garantir maior segurança às comunidades assistidas pelo referido Comando Intermediário e garantir, assim, a redução dos índices de criminalidade na circunscrição do COINT.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações do CPR IV (Tucuruí)

São operações desencadeadas sob a coordenação do CPR IV: Polícia Mais Forte, Octopus, Carnaré (reforço à Operação Verão), Overlod e Fechando o Cerco.

### Operação Octopus

Essa operação é executada de forma integrada entre as Polícias Militar e Civil, por meio de planejamento estratégico realizado pelo Sistema de Segurança Pública. Tem por objetivo intensificar o policiamento ostensivo e dar cumprimento aos mandados de prisão, além de fiscalizar e controlar os custodiados que são monitorados por tornozeleira eletrônica,



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

com base nas informações fornecidas pelo Centro de Inteligência da PM.

## Operações do CPR V (Redenção)

Dentre as operações coordenadas pelo CPR V constam como principais as seguintes: Carnaval Seguro, Cratos, Expo Carajás, Impacto, Verão Seguro, Polícia Mais Forte, Fechando o Cerco, ENEM e Festas Seguras.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações do CPR VI (Paragominas)

São operações desenvolvidas pelo CPR VI: Ares, Impacto, Capim, Rally dos Sertões, Fechando o Cerco. Essas ações policiais foram importantes para que o CPR VI mantivesse os índices estáveis.

### Operação Capim

A Operação faz parte das estratégias de segurança voltadas para o interior do Estado, sendo realizada em parceria com outros órgãos de Segurança Pública, como Polícia Civil, DETRAN, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Polícia Científica do Pará (PCEPA), além da PRF e dos órgãos municipais de trânsito.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

O objetivo é intensificar o policiamento preventivo e repressivo em todas as cidades da região no intuito de combater roubo, furto, tráfico de drogas, tráfico de arma de fogo, bem como também os Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), com isso trazendo mais segurança à população.

## Operações do CPR VII (Capanema)

Dentre as principais operações realizadas pelo CPR VII estão: Tertúlia (11º BPM), Anjos da Guarda (33º BPM), Rally dos Sertões (44º BPM) e Garrafão do Norte (10ª CIPM).

A Operação Anjo da Guarda teve o objetivo de coibir possíveis ataques aos profissionais da segurança pública, com rondas e saturações nas proximidades das casas dos policiais militares no município de Bragança. A Operação Tertúlia objetivou capturar foragidos e dar cumprimento os mandados de prisão.



## Operação Garrafão do Norte

Essa operação foi realizada sob a forma de força-tarefa coordenada pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), após ataque ao Banpará e à Caixa Econômica Federal, em dezembro. Durante a ação, quatro pessoas suspeitas de participação nos roubos às duas agências foram presas. Outros quatro suspeitos foram a óbito, após resistirem à ação policial efetuando disparos contra os agentes que reagiram em ato de defesa.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

Durante a operação foram apreendidas 15 armas longas e 02 revólveres, 50 kg de munições, explosivos, coletes balísticos e rádios comunicadores. Também foram apreendidos cerca de 7Kg de entorpecentes, e uma quantia de aproximadamente R\$ 40 mil, em espécie.

## Operações do CPR VIII (Altamira)

Dentre as operações sob coordenação do CPR VIII, na região Centro Sul do estado, estão: Polícia Mais Forte (PMF), Saturação, Comandos, Colheita segura, Fechando o Cerco, Eleições, ENEM e Festas Seguras. Essas operações foram realizadas com o emprego do policiamento ordinário e extraordinário.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações do CPR IX (Abaetetuba)

O CPR IX realiza diversas operações, dentre as quais se destacam: Avalanche, Euterpe, Baixo Tocantins, Polícia Mais Forte, Eleições e Fechando o Cerco. Tais ações policiais têm sido primordiais para estabilizar os índices de criminalidade na região, garantindo assim mais segurança nos municípios.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações do CPR X (Itaituba)

Sob o gerenciamento do CPR X ocorrem operações importantes, como: Polícia Mais Forte (PMF), Eleições, ENEM e Festas Seguras. Também são realizadas ações conjuntas com outros órgãos de segurança dos municípios da circunscrição desse Comando Regional.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações do CPR XI (Soure)

As principais operações desenvolvidas pelo CPR XI foram: Impacto CPR XI, Impacto nos Rios, Fechando o Cerco, Impacto noturno, Impacto Combate ao Abigeato.

Tais operações contribuíram com os resultados positivos alcançados pelo CPR XI, como por exemplo, a prisão de mais de 386 foragidos do Sistema Penal, apreensão de aproximadamente 137 armas ilegais, mais de 17 kg de entorpecentes e recuperação de cerca de 162 motocicletas com registro de roubo.



Fonte: ASCOM PMPA, 2022.

## Operações do CPR XII (Breves)

Coordenadas pelo CPR XII são deflagradas diversas operações na região, como: Polícia Mais Forte (PMF), Paz nos Rios, além de ações policiais integradas entre a PMPA e outros órgãos do sistema de segurança pública. Nas operações integradas foram recuperadas motocicletas com chassi adulterados e com registros de roubos e furtos.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.



## Operações do CPR XIII (São Félix do Xingu)

Entre as principais operações desenvolvidas pelo CPR XIII estão: Expoxingú, Expotour, Enem, Polícia Mais Forte (PMF) e Festas Seguras.

A realização destas operações tem por objetivo desenvolver ações de policiamento, fiscalização, para reduzir os índices de ocorrências criminais registrados e as práticas ilegais nas áreas estabelecidas, em especial o

roubo, furto, tráfico de drogas, crianças em situação de risco, prostituição infantil, vistorias em casas de show e similares e a violência de modo geral, mantendo a ordem pública e o respeito ao ordenamento jurídico, com ações preventivas e repressivas.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Operações do CPR XIV (Parauapebas)

Sob o comando e coordenação do CPR XIV são realizadas ações policiais, como: Polícia Mais Forte (PMF), Fechando o Cerco, Heimdall e Festas Seguras, além de ações conjuntas com outros órgãos de segurança dos municípios abrangidos por este COINT.

### Operação Heimdall

A Operação Heimdall é realizada de forma integrada entre a Polícia Militar, Polícia Civil, Detran, Departamento Municipal de Trânsito e Transporte (DMTT) e Guarda Municipal de Parauapebas (GMP). O objetivo é auxiliar na fiscalização de trânsito em Parauapebas, sobretudo durante os finais de semana, com a finalidade de diminuir o número de mortes por acidente de trânsito, em consequência da mistura álcool e direção.



Fonte: DGO, PMPA, 2022.

## Prisão de um dos maiores assaltantes de banco do Brasil

No dia 15 de dezembro, o Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará (C.INT) recebeu informações de que Elinelson Ferreira, vulgo “Pinga”, um dos maiores assaltantes de banco e carro-forte do país, estaria em solo paraense. As informações foram repassadas pela 1ª Delegacia de Investigações Gerais (DIG) da DEIC de Bauru, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT/SR/PF/SP - e Inteligência da Polícia Federal de Campinas e Araçatuba, do Estado de São Paulo.

No que diz respeito aos crimes praticados por “Pinga”, no dia 02 de maio de 2020, o criminoso e seu bando, fortemente armados, causaram pânico aos moradores de Ourinhos (SP), onde a quadrilha, com cerca de 40 (quarenta) integrantes, utilizou explosivos para roubar uma agência bancária e, durante a ação criminosa, confrontaram policiais militares.

No dia 30 de agosto de 2021, a quadrilha atacou novamente. Desta vez, três agências bancárias, localizadas no centro de Araçatuba (SP), foram alvos. A ação criminosa resultou em três pessoas mortas, sendo dois moradores e um criminoso.

De posse das informações, o Departamento Geral de Operações da PMPA desencadeou uma operação envolvendo várias unidades operacionais, entre elas o BOPE, BPRv e BROTAM.

O Alvo foi monitorado pelas frações de Inteligência e, dessa maneira, o cerco foi realizado na cidade de Belém, bem como em municípios do interior do Estado. Por conseguinte, na tarde do dia 18 de dezembro de 2022 o criminoso foi abordado e preso por policiais militares do BPRv.



Fonte: UOL [https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/12/18/policia-prende-um-dos-principais-assaltantes-de-banco-em-acao-no-para.htm?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social-media&utm\\_campaign=noticias&utm\\_content=geral](https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/12/18/policia-prende-um-dos-principais-assaltantes-de-banco-em-acao-no-para.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral)



Fonte: Agência Pará: <https://agenciapara.com.br/noticia/40188/policia-militar-do-para-prende-um-dos-mais-procurados-assaltantes-do-brasil>



## RESULTADOS

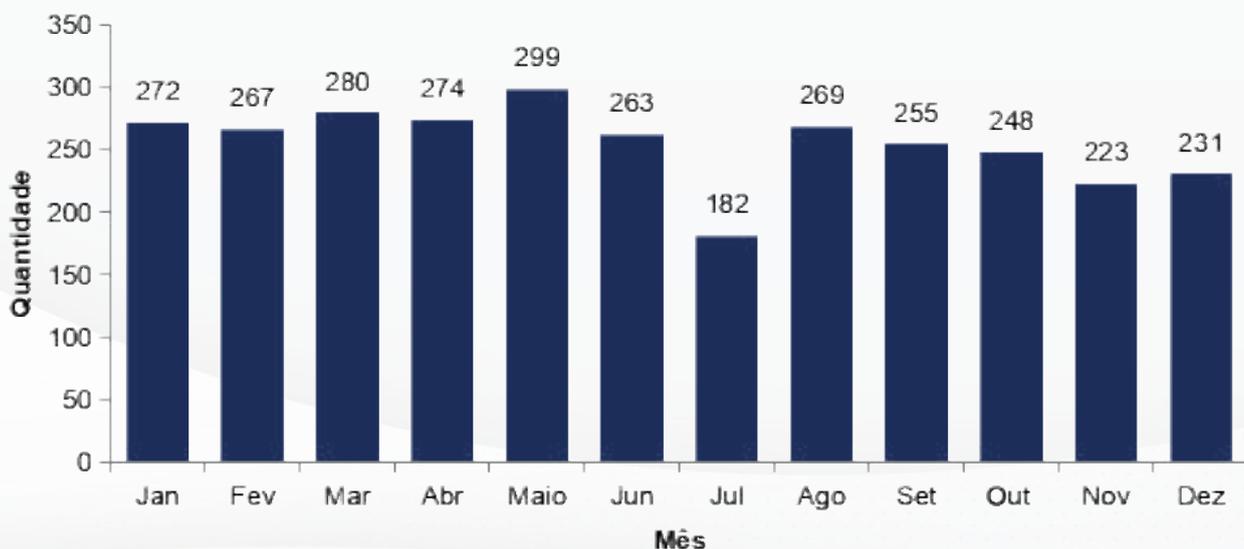
### Produção

O Centro de Inteligência (C.INT) produz conhecimentos com periodicidade diária, semanal, mensal e/ou de acordo com a necessidade da Administração. O conhecimento produzido perpassa pelas três áreas: na área estratégica e da contrainteligência são confeccionados os relatórios de inteligência, missão, situação e de mídias sociais, além de comunicados e relatórios de operações de inteligência.

Na seção de planejamento de inteligência são produzidos relatórios, *dashboards* e infográficos estatísticos que tratam dos crimes de CVLI, roubos, furtos, mortes por intervenção de agentes do Estado, ocorrências que envolvam policiais militares, além dos relatórios estatísticos de produtividade e índices criminais. As principais fontes de dados são os boletins de ocorrência policial e/ou os boletins de atendimento policial militar, que são organizados em formato de base de dados para melhor compreensão.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, o Centro de Inteligência produziu 3.063 conhecimentos, materializados em relatórios, comunicados, informativos, infográficos, entre outros.

#### Produção em Relatórios



Fonte: C.INT, 2022.



## Temáticas abordadas pelo CINT

Há 10 temas centrais abordados por este Centro, a partir dos quais a Seção de Planejamento de Inteligência (SPI) produz seus conhecimentos e estatísticas. Embora todos sejam importantes e inter-relacionados, alguns são mais relevantes para a produção. Essa seção identifica as principais temáticas, descrevendo como eles se alinham com a estratégia e objetivos da Instituição Polícia Militar do Pará.

### **01** Segurança Pública

O CINT atua nessa temática com produção voltada para conhecimentos que poderão ser utilizados em ações e estratégias de Polícia Judiciária, como por exemplo, a identificação da estrutura e das áreas de interesse do crime organizado (MOREIRA, 2014, p. 93).

### **02** Organizações criminosas

Nesse ponto, o trabalho é voltado para identificar as principais figuras envolvidas no crime organizado, redes criminosas associadas e as atividades. O objetivo final é impedir que as organizações operem.

### **03** Meio ambiente

O crime ambiental é uma ameaça crescente e inclui o comércio ilegal de animais selvagens, comércio ilícito de resíduos perigosos e poluição, mineração ilegal, pesca ilegal, não regulamentada e não declarada, exploração madeireira ilegal e comércio associado de madeira roubada.

### **04** Sistema Prisional

O CINT atua no sentido de identificar membros que podem tentar manter suas atividades criminosas externas, incluindo dirigir ações de organizações criminosas, operar o tráfico de drogas e outros crimes graves.

### **05** Conflitos fundiários

A atuação do CINT é projetada para apresentar uma compreensão precisa do contexto local, atores do conflito, causas e relações dinâmicas entre eles.



## 06

### **Narcotráfico**

Atua nas operações policiais contra o tráfico de drogas e fornece assistência às investigações em andamento a partir da análise criminal de informações sobre rotas de tráfico de drogas, *modus operandi* e as redes criminosas envolvidas.

## 07

### **Vitimização de agentes das forças de segurança pública**

O CINT atua com objetivo de analisar a violência sofrida por profissionais de segurança pública, em especial policiais militares do Pará. O trabalho busca desvelar as causas, consequências e apontar os envolvidos nas tentativas de vitimização para evitar novos episódios.

## 08

### **Greves em geral, eventos e manifestações**

Nesta temática, busca-se gerar análises por temas, identificando os grupos que atuam nestes movimentos para orientar o policiamento em campo no acompanhamento desses eventos e antecipar o roteiro, tamanho dos protestos, infiltrações de grupos políticos e até mesmo supostos financiamentos dos eventos.

## 09

### **Crimes violentos**

O Centro de Inteligência busca e produz conhecimentos para auxiliar as ações policiais, ou seja, destaca-se como uma assessoria administrativa inerente ao levantamento de dados, informes, fabricação de informação do interesse da segurança pública, que pode ser usada na prevenção e na repressão ao crime.

## 10

### **Conjuntura Política**

Realiza o exercício permanente e sistemático de ações orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar o Comandante-Geral na tomada de decisões, para o planejamento e à execução de uma política de Segurança Pública junto ao Governo do Estado do Pará.



## Produção de Relatórios

**1**

### **RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÕES POPULARES - RMP**

---

produzido semanalmente com informações acerca da quantidade de manifestações populares ocorridas no estado, com e sem fechamento de vias, com a finalidade de manter as autoridades informadas.

**3**

### **RELATÓRIO DE POLICIAIS MILITARES MORTOS - RPM**

---

produzido sob demanda quando da ocorrência de fatos que envolvam policiais militares vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal seguida de Morte) da ativa, convocados ou veteranos em situação de serviço ou fora de serviço.

**2**

### **RELATÓRIO DE POLICIAIS MILITARES LESIONADOS - RPML**

---

produzido sob demanda quando da ocorrência de fatos que envolvam policiais militares da ativa que tenham sofrido algum tipo de lesão, destacando-se o meio empregado e o tipo de lesão sofrida.

**4**

### **MORTES POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO - MIAE**

---

produzido semanalmente contendo a quantidade de Mortes por Intervenção de Agente do Estado - MIAE em decorrência de confrontos policiais.

**5**

### **RELATÓRIO DE DADOS PRELIMINARES DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS - RDPMVI**

---

produzido diariamente contendo a quantidade de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal seguida de Morte) e de Mortes por Intervenção de Agente do Estado - MIAE no estado, nas últimas 24 horas.



# 6

## **RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE CRIMINAL - REPAC**

produzido semanalmente contendo a quantidade de CVLI, roubos, roubos de veículos e furtos destacando-se a frequência destes fatos nos últimos 5 anos, no estado.

# 7

## **ANÁLISE SEMANAL**

produzido semanalmente contendo a quantidade de CVLI, roubos e furtos, destacando-se a frequência destes fatos no decorrer da semana e comparando com a semana anterior.

# 8

## **ANÁLISE DA RMB**

produzido semanalmente contendo a quantidade de CVLI, roubos, roubos de veículos e furtos acumulados durante o mês e ano na Região Metropolitana de Belém - RMB.

# 10

## **RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE PRODUTIVIDADE (FISCALIZAÇÃO E FECHAMENTO DE BARES)**

produzido mensalmente com informações acerca do quantitativo de ocorrências envolvendo Fechamento e Fiscalização de Bares por município, com base nas informações geradas pelo SIGPOL a partir dos BAPM's produzidos pelas unidades operacionais, com a finalidade de complementar a inserção de dados na base do SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.

# 9

## **RELATÓRIO TOP 30**

produzido semanalmente contendo o ranking dos municípios a mais de 30 dias sem registros de CVLI no território.



# 11

## **RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE PRODUTIVIDADE DE BAPM POR MUNICÍPIO**

---

produzido mensalmente com informações acerca do quantitativo de BAPM's produzidos por Município pelas unidade operacionais, com a finalidade complementar a inserção de dados na base do SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.

# 12

## **RELATÓRIOS ESTATÍSTICO DE ÍNDICE CRIMINAL**

---

produzido mensalmente a partir de informações registradas nos BAPM's no SIGPOL. Este relatório é enviado aos COINT's contendo informações acerca dos municípios nos quais o policiamento local atendeu ocorrências de roubo, furto, crimes contra a vida, bem como o resultado dos 9 (nove) índices criminais medidos a partir dos atendimentos realizados pela PMPA.

# 13

## **RELATÓRIOS ESTATÍSTICO DE PRODUTIVIDADE**

---

produzido mensalmente e enviado aos COINT's contendo informações acerca de abordagens e atendimentos realizados, entorpecentes e armas apreendidos, veículos recuperados, flagrante de crime ou ato infracional, cumprimento de mandado de prisão e recaptura de foragido, em seus territórios de atuação.

# 14

## **RELATÓRIO MENSAL DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES - SIGPLAN**

---

produzido mensalmente com informações acerca da quantidade de ações de inteligência realizada nos municípios do estado do Pará, bem como da produtividade deste Centro de Inteligência medido a partir dos relatórios emitidos diariamente semanalmente e mensalmente, com a finalidade complementar a inserção de dados na base do SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.



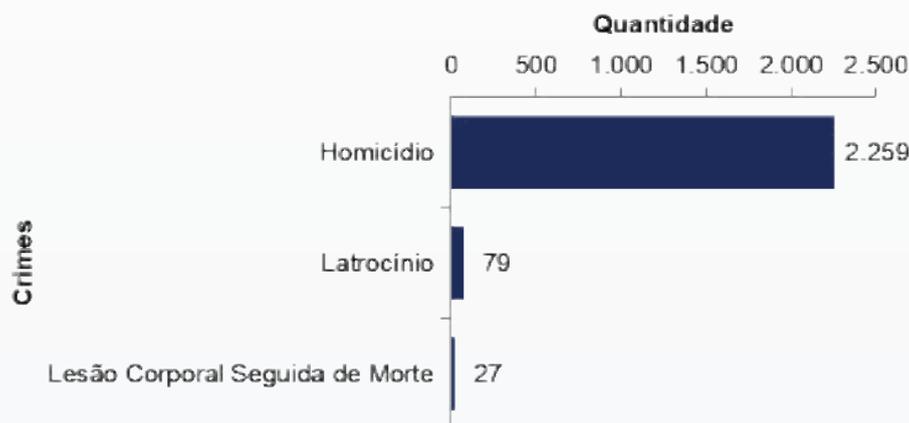
## Relatório Preliminar de Análise Criminal (REPAC)

### Dados Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

O CVLI compreende o quantitativo de vítimas de Homicídio, Latrocínio e Lesão corporal seguida de morte. Em 2022, o delito com maior frequência de CVLI foi homicídio (2.259), cuja a motivação foram: outras causas (1.334), ocorreram em via pública (1.226) e praticados com uso da arma de fogo (1.517).

O gráfico abaixo traz informações a respeito dos crimes violentos intencionais, onde se enumera quais são esses delitos, a saber: homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Além disso, apresenta o quantitativo de ocorrência de cada delito, sendo o homicídio o mais recorrente, e a lesão corporal seguida de morte o de menor incidência.

### Crimes Violentos Letais Intencionais registrados no Estado do Pará em 2022 por tipo de crime



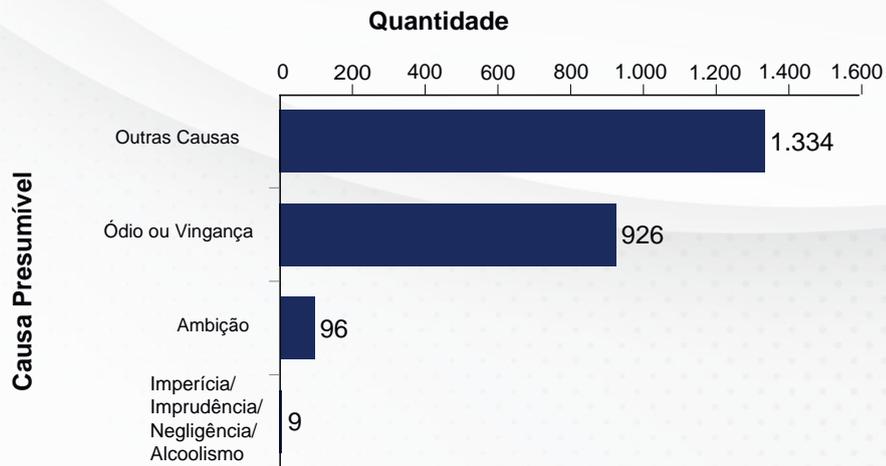
Fonte: SISP, 2022.

Os dados expostos no gráfico abaixo apontam as causas de ocorrência desses crimes violentos, listando: outras causas, ódio ou vingança, ambição, imperícia, imprudência, negligência e alcoolismo.

Esses fatores têm sido os motivadores que fizeram culminar na prática dos delitos enumerados no gráfico anterior. É válido ressaltar que, no âmbito das outras causas se tem os crimes passionais e os que decorrem do envolvimento com o tráfico de entorpecentes, representando o maior quantitativo desses delitos.



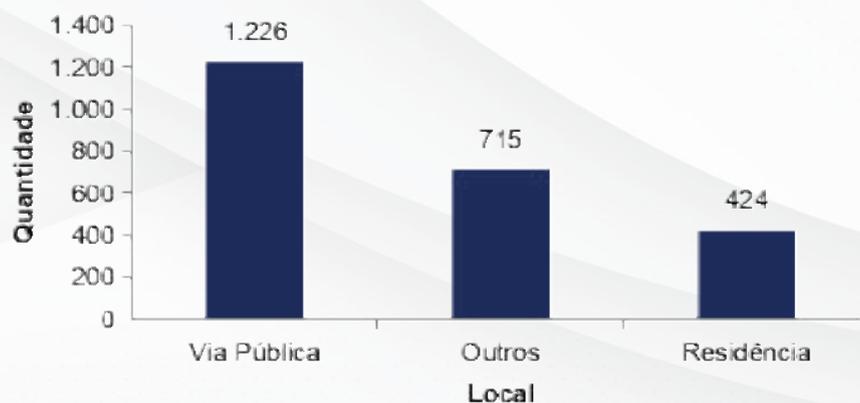
### Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) registrados por causa presumível



Fonte: SISP, 2022.

No que concerne ao local onde os crimes ocorreram, o gráfico abaixo evidencia que a maioria teve seu desfecho em via pública, totalizando 1.226 (mil duzentos e vinte e seis). Isso decorre do fator motivador do crime, o que demonstra a associação com o aspecto “outras causas” com o número elevado de delitos violentos acontecerem em via pública.

### Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) registrados por local de ocorrência

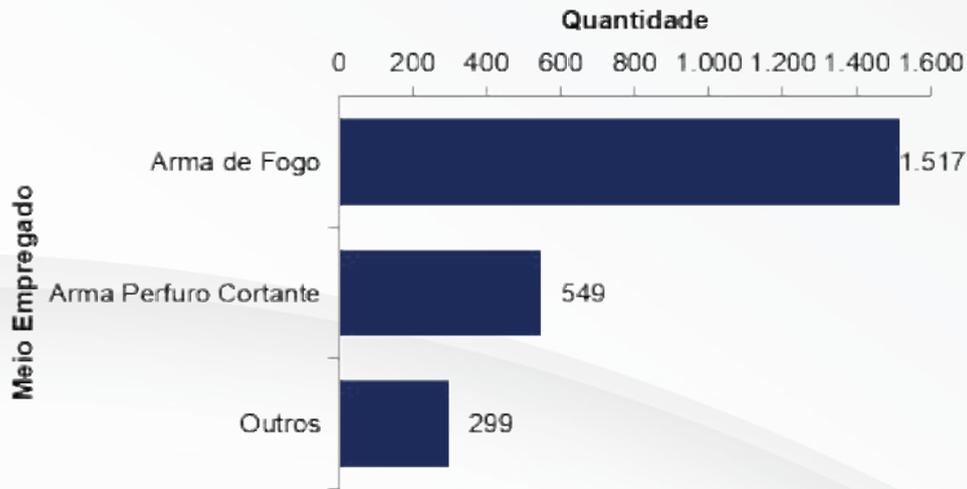


Fonte: SISP, 2022.

Em relação aos meios empregados na perpetração dos CVLI, no gráfico a seguir observa-se que a arma de fogo foi o instrumento mais utilizado o que, mais uma vez, está relacionado com o crime praticado, além da causa motivadora e do local de ocorrência do ilícito. Importante ressaltar que no período de 2017 a 2022, foram apreendidas 870 (oitocentos e setenta) armas de fogo, de tipos e calibres diversos, o que auxilia na redução de crimes violentos cometidos com esse instrumento.



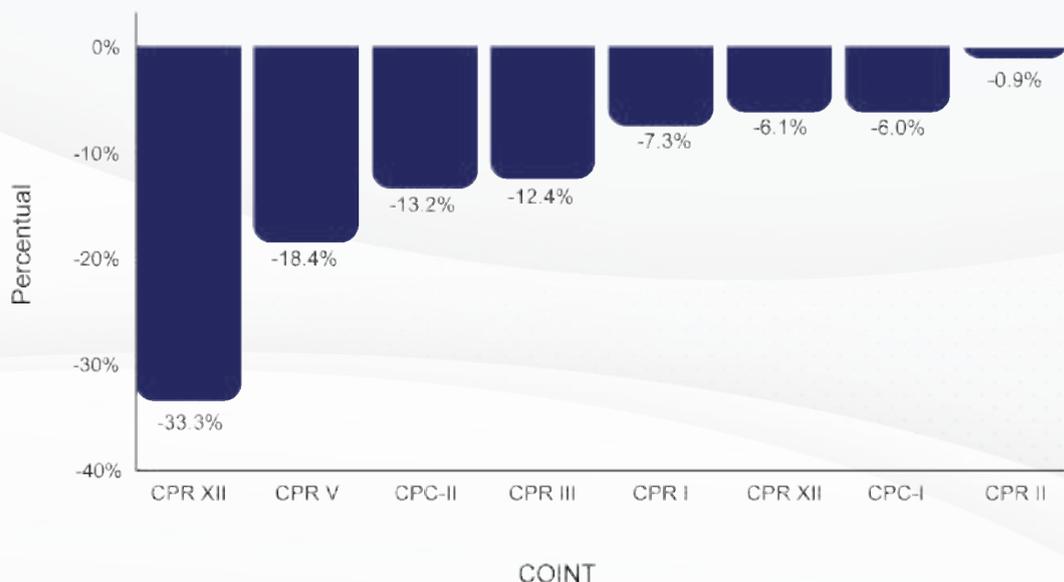
### Crimes Violentos Letais Intencionais registrados por meio empregado



Fonte: SISP, 2022.

Em se tratando da variação percentual relacionada à redução da ocorrência de delitos violentos no âmbito dos Comandos Operacionais Intermediários (COINT's), em comparação ao ano de 2021, o Comando de Policiamento Regional XII alcançou 33,3% de diminuição dos índices, seguido pelo CPR V, com 18,4%, até chegar ao CPR II, com 0,9%. Isso demonstra que as ações policiais empreendidas pela Polícia Militar, sob a coordenação do Departamento Geral de Operações (DGO), têm sido efetivas no propósito de combater e reduzir a criminalidade em todo o Estado.

### Variação Percentual de redução de CVLI dos COINT's em 2022 com relação ao ano 2021

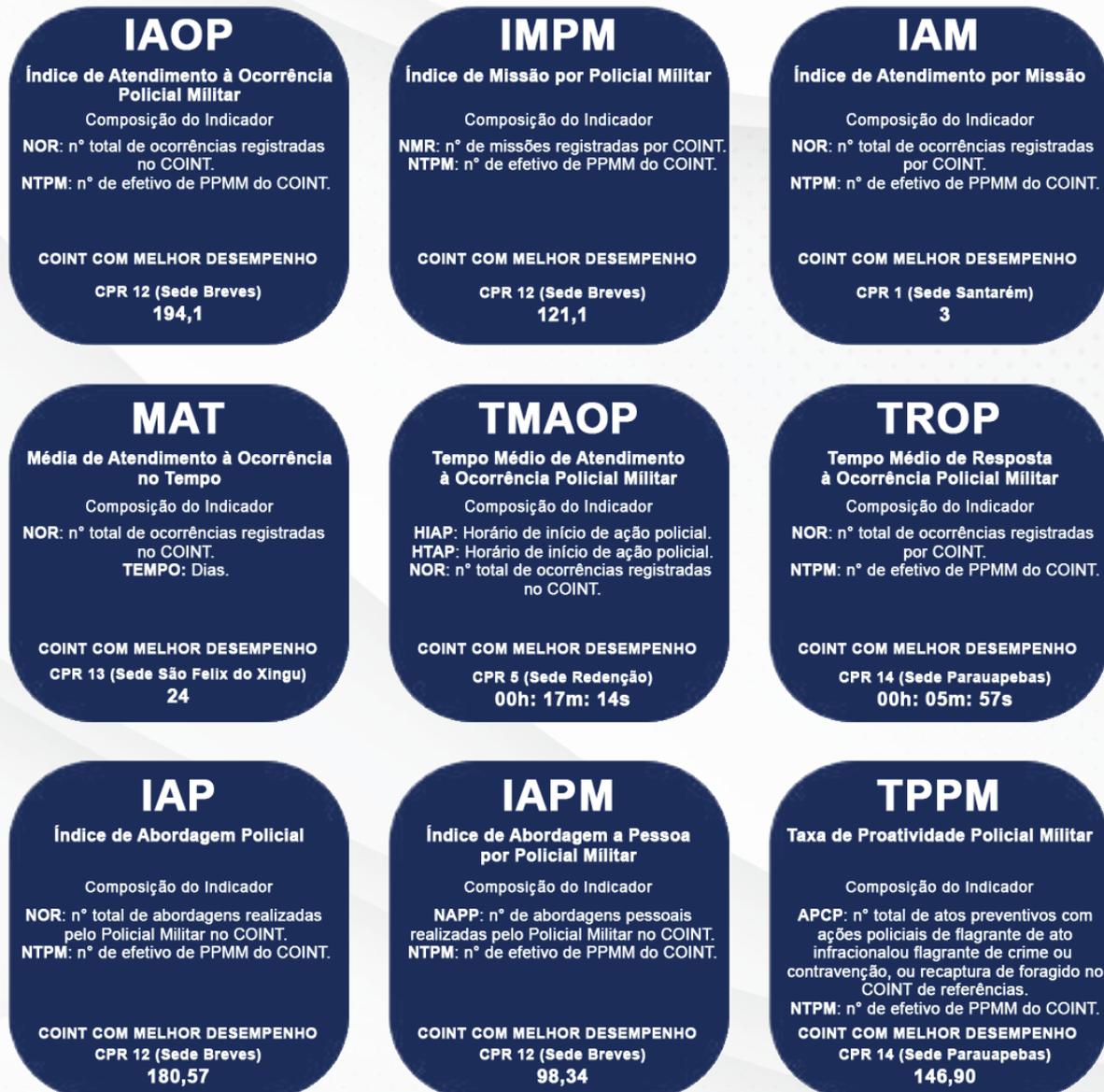


Fonte: C.INT, 2022.



## Indicadores Monitorados Mensalmente

O acompanhamento mensal destes indicadores permite que o CINT aponte o impacto das ações policiais militares sobre a criminalidade no Estado.



Fonte: SIGPOL, 2022.

As metas de desempenho consistem numa forma de monitoramento e medição do progresso institucional. Os relatórios elaborados incluem detalhes como indicadores identificados, dados coletados e atividades realizadas concernentes aos objetivos da Corporação.

Os indicadores de criminalidade e de produtividade facilitam a geração de dados relevantes, consistentes e comparáveis ao longo do tempo, em formatos que a Administração possa compreender como subsídio na tomada de decisões.



Considerando a média de ocorrências atendidas, abordagens realizadas e atos preventivos efetivados por meio das operações ordinárias ou extraordinárias, em 2022, os três Comandos de Policiamento Regionais que registraram os maiores índices de Atendimento a Ocorrência Policial Militar (IAOP) foram: CPR XII (218,5), CPR XI (128,8) e CPR V (120,7).

Os três Comandos de Policiamento Regionais (CPR's) que registraram os menores índices de Atendimento a Ocorrência Policial Militar - IAOP foram: CPR VII (11,6), CPC I (15,7) e CPR X (16,4).

São diversos os fatores que podem influenciar na dinâmica de atendimento, como a demanda em decorrência da área de circunscrição do grande comando.

### COINT'S com os melhores desempenhos de índices criminais



Fonte: SIGPOL, 2022.

# SEGURANÇA PÚBLICA

## em Dados

## ÍNDICES CRIMINAIS

Permite o monitoramento do impacto das ações policiais militares sobre a criminalidade no Estado.

### ÍNDICE DE ATENDIMENTO A OCORRÊNCIA POLICIAL MILITAR - IAOP

em 2022



28,80

IAOP em 2022 - 1º SEMESTRE

CADA POLICIAL MILITAR ATENDEU EM MÉDIA

**45 OCORRÊNCIAS** NO ESTADO.



22,20

IAOP em 2022 - 2º SEMESTRE



### COMANDOS REGIONAIS COM MAIORES ÍNDICE DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS



### TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA À OCORRÊNCIA POLICIAL MILITAR - TMROP



00:12:45

TMROP em 2022

em 2022

CADA OCORRÊNCIA ATENDIDA PELA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ DUROU EM MÉDIA **12 MINUTOS E 45 SEGUNDOS**.



CPR 11: 17Min 11SEG



CPR 14: 17Min 58SEG

1º SEMESTRE

2º SEMESTRE



CPR 5: 18Min 28SEG



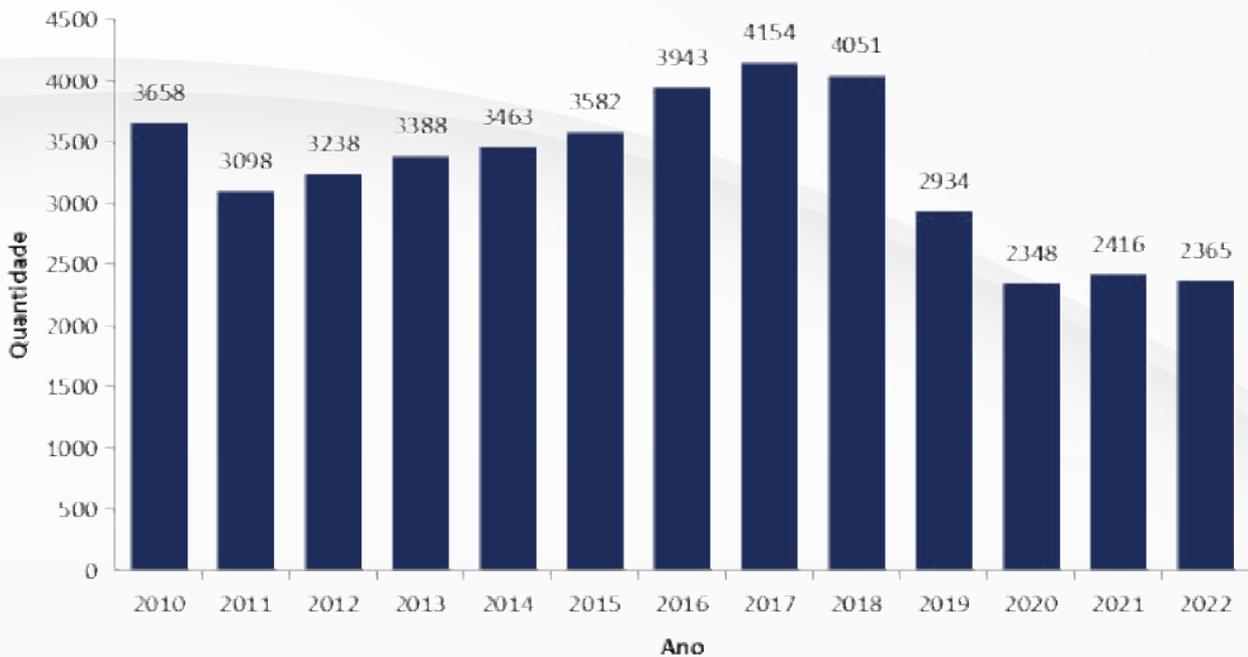
CPR 2: 32Min 35SEG



## Redução da Criminalidade

Em 2022, houve a redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em todo o Estado do Pará. Considerando a série histórica de 2010 a 2022, os menores índices foram registrados nos últimos quatro anos (2019 a 2022).

**Vítimas dos Crimes de CVLI de 2010 a 2022 no Estado do Pará, por ano**



Fonte: SISP, 2022.

A Polícia Militar do Pará realizou um total de 2.983.313 (dois milhões novecentos e oitenta e três mil trezentos e treze) abordagens em geral. Desse total, 1.526.851 (um milhão quinhentos e vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e uma) foram abordagens a pessoas em vias públicas e as demais resultaram do atendimento de ocorrências, fiscalizações em operações barreiras, estabelecimentos comerciais e veículos em geral.

Esse quantitativo permite compreender como a PMPA conseguiu atingir números importantes quanto às prisões em flagrante, que totalizaram 19.810 (dezenove mil oitocentos e dez). Dessas, 2.024 prisões foram oriundas da apreensão de armas de fogo e de 2.376,18Kg (dois mil trezentos e setenta e seis quilos e dezoito gramas) de entorpecentes.

A partir destes dados, é possível constatar que, a cada 150 pessoas abordadas, 01 apresentou conduta relacionada ao crime. As demais não foram relacionadas à conduta criminosa e foram liberadas. Essa liberação se deve ao fato de que pessoas comuns que não tem envolvimento com o crime por algum motivo chamaram a atenção do policial. Esses cidadãos são revistados, identificados e liberados, sendo informados sobre a importância e o motivo da abordagem policial para a preservação da segurança pública.



## Operações e abordagens realizadas em 2022

Quantidade de Operações e Abordagens Realizadas									
COINT	Total Abordagens	Transeuntes	Bicicletas	Motos	Carros	Vans	Ônibus	Embarcações	Bares e Similares
QCG	153	71	26	32	5	1	1	1	16
CPCI	576899	268177	97201	112136	72561	545	208	2	26069
CPC II	43402	28132	4201	6769	2215	333	466	5	1281
CPRM	250731	86705	41039	76945	37152	1943	2213	35	4699
CPR I	456608	308128	1963	90828	42460	472	768	152	11837
CPR II	72702	29573	3645	21809	12925	427	220	21	4082
CPR III	241458	112320	13997	57911	38575	3990	1437	245	12983
CPR IV	107592	66593	3702	20973	9880	860	582	44	4958
CPR V	133526	81580	313	30055	19101	153	76	5	2243
CPR VI	65963	41612	1383	10050	8600	361	123	4	3830
CPR VII	131250	70312	12517	27802	16358	646	416	20	3179
CPR VIII	152722	89214	1467	40576	12358	153	345	46	8563
CPR IX	208650	116122	17524	51269	17330	231	1696	94	4384
CPR X	42082	23509	55	8678	9508	4	11	3	314
CPR XI	31111	19863	2033	7995	553	35	12	292	328
CPR XII	64798	35625	2983	21607	211	15	3	1345	3009
CPR XIII	6139	2788	125	1610	1102	48	9	0	457
CPR XIV	42271	20401	510	13637	6951	397	251	13	111
CME	124589	81165	14515	21716	6350	274	203	60	306
CPE	228503	45784	5177	86310	76489	8434	5987	101	221
CPA	2164	1205	114	409	278	10	13	57	78
<b>Total</b>	<b>2.983.313</b>	<b>1.528.879</b>	<b>224.490</b>	<b>709.117</b>	<b>390.962</b>	<b>19.332</b>	<b>15.040</b>	<b>2.545</b>	<b>92.948</b>

Fonte: DGO, 2022.

As Unidades subordinadas ao Comando de Policiamento da Capital I (CPC I) foram as que mais realizaram abordagens em 2022, atingindo a marca de 576.899 (quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa e nove).

Isso tem relação direta com o número de prisões realizadas, pois é durante esse procedimento que se verifica se há algum envolvimento do abordado com a criminalidade, como mandado de prisão em aberto.



### Procedimentos realizados pela PMPA em todo o Estado do Pará

Quantidade de Procedimentos Realizados					
COINT	Autos de Prisão em Flagrante	Adultos Presos	TCO	Flagrante - Ato Infracional	Menores Apreendidos
QCG	1	1	1	1	1
CPC I	1316	1593	300	68	71
CPC II	810	991	277	201	32
CPRM	1183	1564	851	41	45
CPR I	1404	2150	804	119	164
CPR II	1039	1281	205	69	74
CPR III	1469	1589	798	168	140
CPR IV	613	699	90	45	45
CPR V	726	868	67	107	51
CPR VI	681	786	216	24	25
CPR VII	1004	1057	290	87	51
CPR VIII	795	895	199	71	81
CPR IX	1292	1494	289	37	56
CPR X	993	1657	222	56	63
CPR XI	1062	1089	152	26	12
CPR XII	392	758	90	36	85
CPR XIII	113	112	23	12	11
CPR XIV	1971	1805	216	559	49
CME	628	675	62	66	38
CPE	2299	2416	1958	520	30
CPA	19	35	12	10	0
<b>TOTAL</b>	<b>19.810</b>	<b>36.515</b>	<b>7.122</b>	<b>2.323</b>	<b>1.124</b>

Fonte: DGO, 2022.

No que tange aos procedimentos concretizados junto às Unidades de Polícia Civil, em decorrência das abordagens e demais ações policiais, houve o total de 19.810 (dezenove mil oitocentos e dez) autos de prisão em flagrante efetivamente registrados, além de 7.122 (sete mil cento e vinte e dois) termos circunstanciados de ocorrência e 2.323 (dois mil trezentos e vinte e três) procedimentos referentes a ato infracional.

É importante salientar que quando o policial aborda é porque está atento ao que está ocorrendo ao redor, sendo válido frisar que durante a abordagem todos os direitos e dignidade do abordado são respeitados.



## Apreensões realizadas pela PMPA em todo o Estado do Pará

Quantidade de Operações e Abordagens Realizadas											
COINT	Arma de Fogo (Industrial)	Munição	Arma de Fogo (Caseira)	Simulacro	Arma Branca	Entorpecente (KG)	Foragidos Recuperados	Animais	Contrabando	Contrabando (Valor R\$)	Madeira (M³)
QCG	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	0
CPC I	73	562	6	108	1507	82,91	950	0	1163	21.539,15	0
CPC II	52	353	14	37	40	344,58	115	0	60	5.677,00	0
CPRM	109	563	30	79	65	141,64	586	0	139	25.211,00	0
CPR I	109	691	24	24	293	426,93	79	0	214	216.415,00	0
CPR II	67	414	35	16	57	44,31	41	0	69	4.310,00	0
CPR III	137	884	136	49	100	90,5	103	0	738	48.513,20	0
CPR IV	58	755	34	7	27	257,1	40	0	530	439.852,00	0
CPR V	61	1168	18	26	58	21,61	36	0	62	49.001,00	0
CPR VI	61	644	77	5	55	54,1	29	0	55	1.349.187,00	0
CPR VII	48	519	62	23	112	33,18	53	0	2231	30.022.543,00	0
CPR VIII	61	56439	31	13	121	31,31	18	0	66	110.146,00	0
CPR IX	161	1139	97	28	70	90,55	104	0	354	81.010,00	0
CPR X	190	1423	31	20	91	113,36	59	0	25	557	0
CPR XI	124	535	13	4	56	18,9	393	0	5698	2.684.671,00	0
CPR XII	58	290	34	7	25	44,83	60	0	21	1.431,00	0
CPR XIII	15	177	2	0	7	0,09	4	0	48	40.000,00	0
CPR XIV	103	942	32	18	48	155,22	50	0	25	1.042,00	0
CME	126	948	26	28	39	222,22	152	0	222	225.983,00	0
CPE	404	6172	86	4	14	52,51	60	0	2414	5.087.045,00	0
CPA	9	65	3	1	1	150,41	15	1328	64	500.015,00	745
<b>TOTAL</b>	<b>2.026</b>	<b>74.683</b>	<b>791</b>	<b>497</b>	<b>2.786</b>	<b>2.376,24</b>	<b>12.042</b>	<b>1.328</b>	<b>14.203</b>	<b>40.914.149,35</b>	<b>745</b>

Fonte: DGO, 2022.

No que se refere à arma de fogo industrial, as apreensões realizadas totalizam 2.026 (duas mil e vinte seis), e no tocante às armas caseiras e simulacro houve a apreensão de 1.288 (mil duzentos e oitenta e oito). A quantidade de foragidos recuperados foi de 12.042 (doze mil e quarenta e dois), além da apreensão de entorpecentes, que compreendeu o total de 2.376,24 kilos. Os números demonstram a efetividade da ação policial que tem sido assertiva no planejamento e distribuição do efetivo, conforme dados da mancha criminal de cada Unidade Policial.

O combate à violência doméstica foi outra ação destacada. Foram atendidas 8.664 ocorrências dessa modalidade de violência. Parte dessas vítimas passam a ser atendidas, no que concerne à efetividade das medidas protetivas deferidas pelo Poder Judiciário, pela Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (CIEPAS), por meio das operações Pró-Mulher na Capital e Região Metropolitana, e nos interiores são atendidas por meio de operações do policiamento ordinário local.



### Outras ações realizadas em 2022 pela PMPA em todo o Estado

Outras ações realizadas					
COINT	Escortas	Cumprimentos Judiciais de Mandatos	Intervenções em Casas Penais	Atendimento a Violência Doméstica	Perturbação do sossego e trabalho Alheio
QCG	6	0	0	1	0
CPC I	93	8	0	1080	5
CPC II	2	1	0	210	15
CPRM	7	19	10	285	7
CPR I	390	176	1	1512	794
CPR II	27	29	4	450	36
CPR III	127	131	37	447	379
CPR IV	20	22	0	167	22
CPR V	82	27	0	588	320
CPR VI	7	14	0	114	38
CPR VII	61	65	0	156	158
CPR VIII	55	57	0	761	1084
CPR IX	84	54	0	272	41
CPR X	45	57	0	396	351
CPR XI	0	77	1	83	8
CPR XII	3	22	11	258	52
CPR XIII	64	3	0	22	14
CPR XIV	51	52	6	182	25
CME	196	106	24	16	8
CPE	229	591	4986	1662	2
CPA	9	0	0	2	440
<b>TOTAL</b>	<b>1.558</b>	<b>1.511</b>	<b>5.080</b>	<b>8.664</b>	<b>3.799</b>

Fonte: DGO, 2022.

Por fim, cabe destacar o número considerável de motocicletas apreendidas em operações policiais realizadas pela PMPA em conjunto com outros órgãos do Sistema de Segurança Pública. As apreensões ocorreram durante as abordagens realizadas no serviço ordinário e em operações integradas. O Comando de Policiamento Especializado (CPE), ao qual está subordinado o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), foi responsável por quase a metade das apreensões de motocicletas no Estado do Pará. Foram exatamente 8.247 motocicletas apreendidas, em decorrência de fatores diversos.



## Apreensões de veículos realizadas pela PMPA

Apreensões de Veículos						
COINT	Carros Recuperados	Valor Carros (R\$)	Motos Recuperadas	Motos Valor (R\$)	Valor Veículos (R\$)	Veículos de 04 e 02 Rodas
QCG	0	-	0	-	-	0
CPC I	181	7.778.741,00	255	2.619.670,00	10.398.411,00	436
CPC II	51	2.676.084,00	163	1.741.459,00	4.417.543,00	214
CPRM	171	8.355.202,00	426	3.990.961,00	12.346.163,00	597
CPR I	17	967.404,00	209	1.952.233,00	2.919.637,00	226
CPR II	13	1.177.948,00	132	1.034.086,00	2.212.034,00	145
CPR III	52	2.614.728,00	519	3.032.452,00	5.647.180,00	571
CPR IV	16	604.771,00	133	725.567,00	1.330.338,00	149
CPR V	49	4.079.984,00	299	2.511.699,00	6.591.683,00	348
CPR VI	13	1.020.151,00	82	603.866,00	1.624.017,00	95
CPR VII	12	683.617,00	186	1.707.544,00	2.391.161,00	198
CPR VIII	7	516.062,00	204	1.394.916,00	1.910.978,00	211
CPR IX	42	2.540.682,00	491	3.479.254,00	6.019.936,00	533
CPR X	15	1.284.571,00	102	1.001.387,00	2.285.958,00	117
CPR XI	6	173.752,00	168	1.277.828,00	1.451.580,00	174
CPR XII	3	229.853,00	414	1.660.974,00	1.890.827,00	417
CPR XIII	4	136.091,00	27	162.361,00	298.452,00	31
CPR XIV	56	3.486.650,00	383	2.460.957,00	5.947.607,00	439
CME	48	3.198.391,00	163	1.683.654,00	4.882.045,00	211
CPE	90	4.652.412,00	3880	21.043.922,00	25.696.334,00	3970
CPA	2	76.593,00	11	82.221,00	158.814,00	13
<b>TOTAL</b>	<b>848</b>	<b>46.253.687,00</b>	<b>8.247</b>	<b>54.167.011,00</b>	<b>100.420.698,00</b>	<b>9.095</b>

Fonte: DGO, 2022.

O valor total de veículos apreendidos/recuperados em 2022

**R\$ 100.420.698,00**

Valores retirados da tabela FIPE 2022